DE FATO

AGORA, 24 PÁGINAS

BELO HORIZONTE / ANO II / NÚMERO 17 – Cr$ 8,00

O que mudaria com MAGALHÃES PINTO na presidência?

BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
B.C.E. – U.F.V.



Bancários exigem fim do arrocho e querem 98% de aumento

Milton Nascimento bota prá quebrar na festa do Paraíso

Um depoimento de Casaldáliga sobre os conflitos no campo

DE FATO

Uma publicação da Editora Textual Ltda.
Diretor responsável: Aloísio Morais Martins
Equipe DE FATO: Aloísio Almeida, Aloísio Morais, Beth Almeida, Beth Cataldo, Fernando Assunção, Flamínio Fantini, João Batista Mares Guia, Kenneth Albernaz, Marco Antônio Campos, Marco Aurélio Cozzi, Mirian Chrystus Melo e Silva, Nilson Azevedo, Raquel Cristina Faria e Roseana Nicolau.
Colaboraram neste número: Ricardo, Lor, Giselle Nogueira, Maria Teresa Goulart, Charles Magno Medeiros, Ana Maria Miranda de Carvalho, Aderi Costa, Auremar de Castro, José do Carmo, Liliana Mendes, Edson Fernandes Martins, Fernando Miranda, Flávio Aguiar.
Diagramação e montagem: Edson Ricardo Teixeria de Melo, Dione Maria Dutra e Patrícia Garcia e Souza

Redação e Administração: Avenida do Contorno, 2399 — Floresta — Tel.:226-2841 — CEP 30.000
Composição e Impressão: Editora Santa Edwiges — Avenida Teresa Cristina, 1665 — Tel.: 337-1511 (PBX) — Belo Horizonte

Publicidade: REPUBLICAR — Representante em Belo Horizonte — Rua Aquiles Lobo, 301 — Floresta — Tels.: 224-1498 e 222-1471
Distribuição: Editora Textual Ltda. — Avenida do Contorno, 2399 — Belo Horizonte
DE FATO é encontrado à venda no Rio de Janeiro na Livraria Muro (Rua Visconde de Pirajá, 82 — Ipanema). Em São Paulo nas livrarias Diadorim (Praça José Gaspar, 106 sobreloja 19), Bux (Av. Faria Lima, 1508), Hucitec (Alameda Jaú, 404), Café Paris (Rua Valdemar Ferreira, 149), Ciências Humanas (Rua Sete de Abril, 264, loja B-2), Zapata (Rua Cesário Mota, 285), Avanço (Rua Aurora, 704), Chris (Av. Paulista, 809). Em Porto Alegre nas bancas Salgado Filho (esquina de Marechal Floriano), Miscelânea (em frente ao Hotel Savoy), Uirapuru (em frente à UFRGS) e livraria Coletânea (no mercado). E Juiz de Fora na Livraria Península (Galeria Hallak, 23).

DE FATO nº 17
Agosto de 1977
CGC: 19 170 349/0001-18
Belo Horizonte — MG

DE FATO aumenta o preço sem botar água na fervura

Bom, depois que aumentaram o leite, o pão, o aluguél, o lotação e a repressão, o que é que você queria? Que o DE FATO continuasse custando cinco contos? Só se fossem de fadas e nós não estamos mais no tempo das fadas, se é que já houve esse tempo.

Por isso é que estamos aumentando nosso preço de capa, apesar de tolamente termos dito há oito meses: «Eta jornalzinho anti-inflacionário!» Lembra-se? Foi quando comemoramos um ano de circulação. E com o mesmo preço! Foram precisos mais 8 meses de inflação e miserê para quebrarmos a timidez e passarmos nosso preço de capa para 8 cruzeiros.

Mas tem uma coisinha que torna o nosso aumento diferente. Enquanto o pão aumenta de preço e diminui de peso, o leite aumenta de preço e aumenta também na percentagem de água, a repressão aumenta e diminui a expressão. Nós estamos aumentando o número de páginas.

Agora são 24 páginas e uma cor a mais!

É por isso que continuamos sendo um jornal anti-inflacionário.

Se ficar difícil para você acreditar que nosso aumento é diferente dos que pululam por aí, é só ver que não temos nenhum incentivo da Sudene, apesar de batalharmos numa área das mais áridas que existem. Também não temos o ouro de Moscou, de que tanto fala o Zezinho Boni-fácil. E, para acabar com sua choradeira, como a maioria dos brasileiros nós também já desistimos de ganhar na Loteca. É você, leitor, que sustenta o DE FATO e mantém nossa vontade de continuarmos.

As liberdades democráticas custam caro. E como têm sido pesado o ônus pago pelos trabalhadores e demais setores sociais oprimidos em nosso País! Por isso é que os 8 cruzeiros que você vai pagar pelo DE FATO é a menor prestação que você pode pagar por elas.

ESPALHAFATO

AUTO-CRÍTICA CINQÜENTONA?

«Não teremos ligações nem dependências com governos mas encararemos sem prevenções injustas os homens da administração. Procuraremos julgar os actos e as pessoas de um ponto de vista elevado, sereno e principalmente justo. Evitaremos exageros de linguagem no louvar e no censurar.

Seremos sóbrios, calmos, firmes, intransigentes, desambiciosos de glórias fáceis e despreocupados de ódios pequeninos».

Este trecho foi extraido do editorial do primeiro número do Estado de Minas, em 7 de março de 1928 e agora está sendo lembrado numa peça de publicidade feita por ocasião dos 50 anos do «grande jornal dos mineiros». Na capa desse folheto, lê-se: «Tudo muda em 50 anos». Ainda bem que eles próprios admitem.

«POSIÇÃO» QUER FATURAR O GOVERNADOR

A polícia é a maior pedra no caminho do jornal POSIÇÃO de Vitória, ES. Pela segunda vez, em apenas dois meses, o jornal independente capixaba tromba com a repressão (veja DF nº 16 neste Espalhafato). Agora foi a polícia da cidade de Afonso Cláudio que encrencou, apreendendo trinta exemplares. Mas os editores do jornal não deixaram por menos e deram o troco: enviaram uma fatura no valor de 150 cruzeiros ao governador capixaba, Élcio Álvares, equivalentes à quantia dos exemplares apreendidos. Por enquanto não temos notícia se ele pagou. Se quiser assinar o POSIÇÃO você pagará menos que o Élcio Álvares, veja o cupom por aí numa de nossas páginas. Faça como muitos já fizeram, leia e assine POSIÇÃO.

CARONE DÁ PUXÃO DE ORELHA NOS COLEGAS

O deputado emedebista Jorge Carone Filho, 27 anos, deu um puxão de orelha em seus colegas, ao denunciar na tribuna da Assembléia Legislativa de Minas, o esvaziamento político que domina a casa, utilizada ultimamente para a realização de simpósios, congressos, encontros, seminários e exposições que nada tem a ver com os objetivos da Assembléia. Ele desabafou dizendo que «a situação não é boa, a classe política está aí procurando saídas e, aqui, estamos nós a bater palmas para congressistas ao invés de debatermos temas políticos, de interesse do povo, do Estado e da Nação». O que irritou o deputado é uma exposição de artesanato instalada no saguão principal da Assembléia, promovida pelo Centro de Reabilitação do INPS, mostrando peças de couro, madeira e cerâmica, «num verdadeiro mercado modelo», como ele disse. Paralelamente, outra exposição ocupava outra parte dos amplos compartimentos da AL, mostrando fotos — por sinal ótimas — de índios do Xingu, promoção da UFMG.

Distinguindo o que se passa ao seu redor, Carone disse que «pelo menos a exposição de fotos dos índios, intitulada «As mãos do povo», tem um cunho cultural. Mas esta de artesanato sendo vendido aqui, onde, supõe-se, seria lugar de constantes debates em torno do momento nacional, é o fim. Aqui não é mercado persa».

ARTE UNIVERSITÁRIA EM JUIZ DE FORA

Pretendendo abrir canais efetivos de divulgação e intercâmbio entre artistas mineiros universitários, que possibilitem um melhor conhecimento de nossa realidade social através da arte, os Diretórios Setoriais da Universidade Federal de Juiz de Fora irão promover a 1ª MOSTRA DE ARTE UNIVERSITÁRIA — MAU — mineira, a realizar-se de 27 de setembro a 12 de outubro no saguão da Reitoria.

A idéia da mostra surgiu através de discussões de várias pessoas preocupadas com a crescente elitização dos salões de arte e da própria arte de maneira geral, o que tem aumentado as dificuldades para que novos artistas mostrem seus trabalhos e, mesmo nos meios universitários, é cada vez maior o desinteresse em promover salões e exposições que possibilitem um levantamento das atividades artísticas do universitário.

Serão aceitos trabalhos de pintura, desenho, gravura, escultura, linguagem audiovisuais e demais propostas. Cada artista deverá apresentar três obras na(s) categoria(s) em que se inscrever. Não haverá classificação, sendo todos os prêmios de aquisição, num total de 30 mil cruzeiros. As inscrições poderão ser feitas de 1 a 19 de setembro, no Forum de Cultura da UFJF, rua Santo Antônio, 1112 — JF.



José do Carmo

Bancários querem tirar o atraso

BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.

98% de aumento é o que eles estão reivindicando para recompor o salário que ganhavam em 1964

No dia 19 de julho, reunidos em assembléia no seu sindicato, os bancários mineiros decidiram reivindicar um reajuste salarial de 98 por cento a partir do dia 1º de setembro, marcando um dos maiores encontros de classe dos últimos anos. «Parecia uma reunião de estudantes», contava entusiasmado um bancário. Estiveram presentes 850 associados, estabelecendo um recorde de presença. Caso os banqueiros não concordem com o índice pedido, a diretoria foi autorizada pela assembléia a ajuizar dissídio coletivo junto ao Tribunal Regional do Trabalho a partir de 1º de setembro.

Arlindo José Ramos, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de BH, diz que o pedido é também uma denúncia contra a política salarial implantada após 1964, e ao mesmo tempo um protesto contra a queda do poder aquisitivo da categoria que caiu 72% a partir daquele ano. Por estas e outras ele diz que «só não pede o céu porque ele está muito alto», porque os bancários formam uma classe massacrada por duas ameaças constantes»: o Fundo de Garantia e a inexistência de um quadro de carreira na maioria dos bancos, fazendo com que o bancário perca o sentido de profissionalização.

Surpreendentes foram, sem dúvida, o comparecimento maciço à assembléia, que habitualmente não reúne mais que poucas dezenas de bancários, e a reivindicação pouco tímida de 98% de aumento, muito acima das reivindicações usuais dos anos anteriores e do resto do País, apesar de propor apenas a recuperação do nível do salário real vigente em 1964. Mas o que não deverá guardar grandes surpresas é o desfecho da campanha: a menos que a maioria dos bancários realmente se organize para sustentar por seus próprios meios de pressão as resoluções da assembléia (o que no momento não parece estar sendo feito), o aumento será fixado pouco acima dos 40%, (conforme os índices oficiais), serão atendidas algumas das outras reivindicações secundárias e a Campanha Salarial de 77 será dada oficialmente por encerrada imediatamente após os despachos do juiz do Trabalho.

É sabido que se tornou praxe, após 64, entre os patrões de qualquer classe, só conceder aos trabalhadores, anualmente, a correção salarial de acordo com os índices fixados pelo governo. Para os bancários não tem sido diferente, e não será diferente desta vez, se depender da vontade dos banqueiros que, através de seu órgão de representatividade, a FENABAN – Federação Nacional de Bancos –, já disseram que não atenderão a nenhuma reivindicação nova. Só concordarão com a cláusula percentual do governo.

O QUE ELES QUEREM

A posição da FENABAN de só conceder o percentual do governo para reajuste do salário do bancário, poderia levar a crer que a classe só necessita disso, ou seja, que já estariam atendidas todas suas outras necessidades. Mas a lista de reivindicações do Sindicato deixa ver que, ao contrário, está faltando muita coisa à classe.

Além do reajuste, os bancários reivindicam anuênio de Cr$ 150,00 por ano de serviço completo; salário mínimo profissional e de ingresso da categoria bancária: 2.200,00 para contínuo, 2.700,00 para escriturário e 3.300,00 para tesouraria; gratificação de 40% do salário de ingresso para o pessoal de gerência, fiscalização, chefia, caixa, tesoureiro, informante ou investigador de cadastro, mecanógrafo, repassadores de numerários e compensação; quebra de caixa – 50% do salário de ingresso – caixas e tesoureiros; seguro de 300.000,00 – morte ou incapacidade – nos casos de assaltos ou ataque aos bancos – a seus empregados ou dependentes; gratificação semestral correspondente à remuneração de julho e dezembro; complementação do auxílio doença concedido pelo INPS; mesma remuneração para os empregados admitidos em substituição aos demitidos (trabalho da mes-

ma natureza); ajuda de custo para alimentação diária equivalente a 5% do salário de referência nos casos de prorrogação de jornada (trabalho extraordinário); adiantamento salarial em 1º de março de 1978 – correspondente ao custo de vida acumulado de 1º de setembro de 1977 a 28 de fevereiro de 1978; abono de férias correspondente à remuneração do mês de concessão; licença prêmio de 60 dias sem prejuizo das férias legais – para cada período de 5 anos de serviço; proibição de prestação de serviços por terceiros por prazo superior a 60 dias – caso em que será considerado bancário para todos efeitos legais; estabilidade para o delegado sindical, em cada empresa existente na base territorial do sindicato; manutenção de todas as conquistas e vantagens superiores.

BANCO É BOM NEGÓCIO, MAS PARA O BANQUEIRO

Como o conjunto dos trabalhadores brasileiros, depois de 13 anos de arrocho salarial, os bancários viram seus salários reais (poder aquisitivo do salário recebido) serem rebaixados sistematicamente, não sendo os «aumentos» anuais suficientes sequer para cobrir os efeitos da elevação do custo de vida. Em setembro do ano passado, logo após o último acordo salarial, seu poder aquisitivo era de apenas 72% do que tinha em setembro de 1964. Como o próximo «aumento» só será dado em setembro deste ano (os reajustamentos são anuais) e a inflação é contínua durante todo o ano, este mesmo salário só vale hoje 51% do que vigorava em 1964. Ou seja, para que o salário recupere o poder aquisitivo de 13 anos atrás, deverá sofrer um aumento de exatamente 98 por cento.

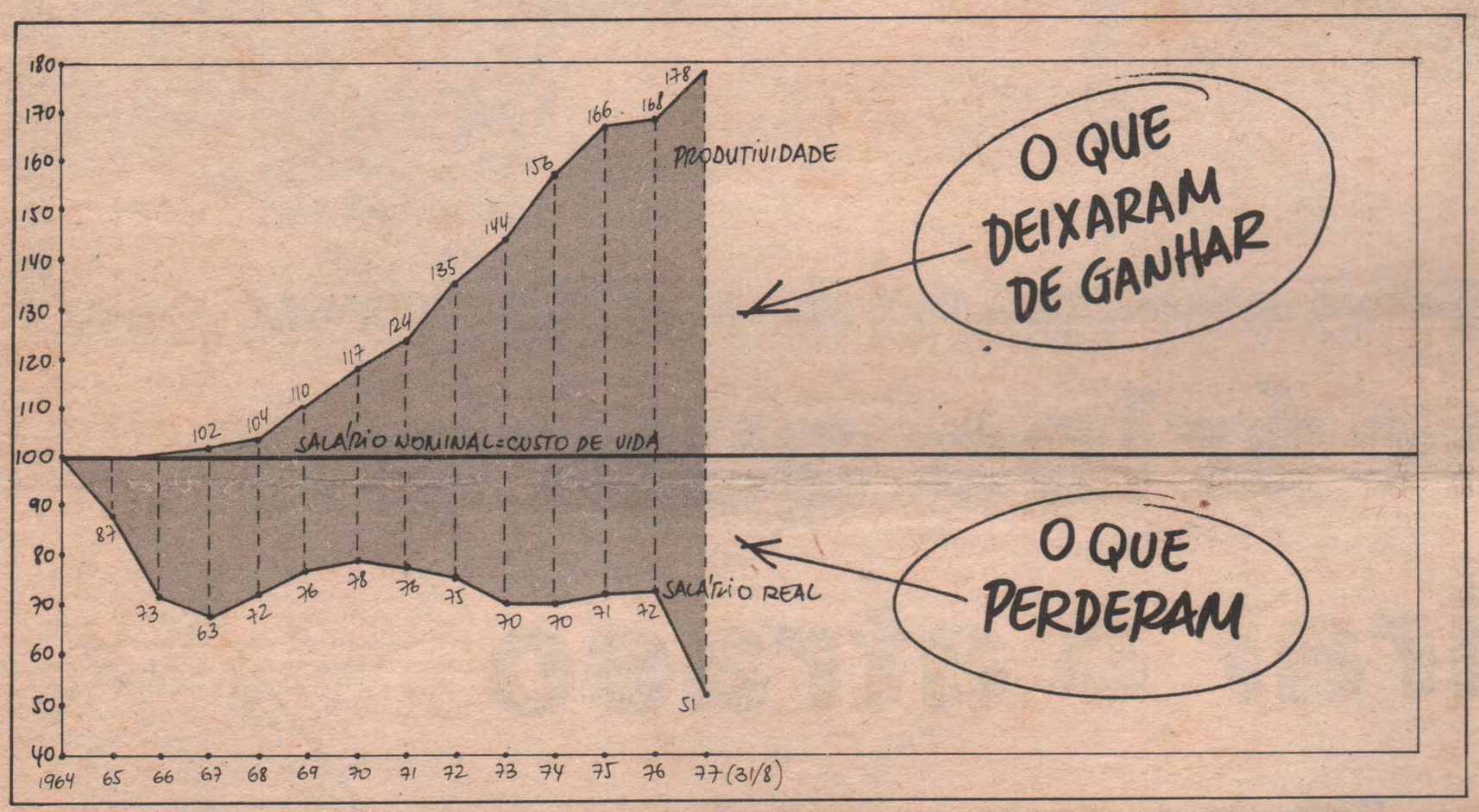
Estes dados estão demonstrados em recente estudo do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – que mostra também que houve, desde 64, um aumento de 78%. Os banqueiros não só se beneficiam com o rebaixamento dos salários reais de seus servidores, como também se apropriaram da totalidade dos ganhos da produtividade adicional. Isto quer dizer que mesmo se os bancários ganharem a reivindicação de 98% de reajustamento, não terão recuperado a mesma situação de 1964, no que diz respeito ao rateio entre lucros e salários. Para isso teriam que obter hoje um aumento da ordem de 249%, como mostra o gráfico abaixo.

Outro indicador da disparidade entre o aumento da produtividade do bancário e a queda de seus salários reais é dado pela comparação entre a evolução do total dos vencimentos recebidos pela categoria e o total dos lucros de seus patrões (o indicador apresenta certa imprecisão, pois desconsidera as variações tanto do número de estabelecimentos bancários quanto do número de funcionários). Em 1972, ainda segundo o DIEESE, o total de lucros era de 1,46 vezes superiores ao de vencimentos, enquanto em 1976 esta relação subiu para 2,50 vezes: nesse ano os banqueiros embolsaram 29,3 bilhões de cruzeiros contra apenas 11,7 bilhões distribuidos entre os milhares e milhares de bancários do País. De 1969 até o ano passado o volume de lucros cresceu 1.578% contra um crescimento de apenas 881% dos vencimentos pagos. Diga-se de passagem que estes dados foram extraídos dos balanços fornecidos pelos próprios bancos, o que faz supor que os números reais sejam ainda mais impressionantes.

Mas é ao se considerar a rentabilidade real (lucro líquido em relação ao capital e reservas) que a grande voracidade dos bancos pelos altos lucros transparece mais. No mesmo período de 1969 a 76, a rentabilidade média do setor foi de nada menos de 37% ao ano, ou seja, o capital investido podia ser totalmente recuperado em menos de três anos. A rentabilidade média dos demais setores, mesmo os mais dinâmicos, no período, nunca chega a alcançar a casa dos 20% ao ano, pelo menos segundo seus balanços publicados.

Este privilégio dos banqueiros, que têm mantido, ou até mesmo aumentado seus lucros, mesmo neste período de crise (da qual, aliás, tem se beneficiado), vem desgostando seus colegas capitalistas de outros setores empresariais. Os bancos, ao invés de cumprir sua função, dentro do sistema capitalista, de financiar a produção, congelam grande parte do capital financeiro em manobras especulativas (open market, etc.) e só uma parte é colocada à disposição dos empresários e do público, mas a juros extorsivos. E isso ocorre em perfeito acordo com a atual política econômico-financeira do governo que procura controlar a inflação através da restrição do crédito e da elevação da taxa de juros, para conter a demanda e limitar a atividade produtiva da nação.

De qualquer forma, o grande prejudicado – como não podia deixar de ser, dentro do atual sistema – é, mais uma vez, o trabalhador. Prossegue o arrocho salarial, aumentando apenas o fantasma do desemprego. E é neste quadro que se desenrola a atual campanha salarial dos bancários mineiros e que seus patrões se negaram não só a conceder qualquer reajuste acima dos índices oficiais, mas também a todas às outras reivindicações tradicionalmente atendidas ou negociadas, relativas às demais condições de trabalho.



A campanha salarial e seus desdobramentos

A Campanha Salarial acontece quando os trabalhadores se reúnem para discutir quanto devem reivindicar de aumento em seus salários, aumentos que, como foi visto, quase sempre se reduzem a meros reajustamentos que mal cobrem o que a inflação lhes rouba em um ano. A Campanha é anual, variando sua época de categoria para categoria, e mensalmente o governo federal determina qual deve ser o índice de reajustamento aplicável às categorias profissionais que têm seu reajustamento naquele mês. As empresas não são obrigadas a obedecer o índice, que é apenas o limite mínimo, mas sempre se curvam prazeirosamente ao «esforço do governo no combate à inflação» que, de resto, tem meios de pressionar as empresas no sentido de sua aceitação. Também fazem parte da Campanha Salarial as reivindicações relativas às condições de trabalho, segurança, higiene, participação nos lucros, seguros etc. Estas reivindicações, apesar de terem a sua importância, são secundárias diante da questão salarial, e são sobre elas que se concentram as negociações e as «concessões» das empresas (ou da Justiça do Trabalho, conforme o caso), que assim procuram demonstrar o quanto são acessíveis e justas.

No caso dos bancários mineiros a data base para o reajuste é o 1º de setembro, a mesma da maioria dos bancários do País, com exceção dos gaúchos e paulistas, que são posteriores. Este desencontro de datas, e o fato das Campanhas serem locais, e não nacionais, de início já favorece aos banqueiros: sendo os bancos empresas de um modo geral de porte nacional, e com padrões salariais únicos, as negociações salariais também deveriam ser de âmbito nacional, unindo todos os bancários do País. Do modo atual, a Campanha dos mineiros, por exemplo, não afeta aos bancos paulistas (que são a maioria no País), mesmo os que têm agência em Minas.

No início das Campanhas, os sindicatos dos trabalhadores procuram fazer acordos com os sindicatos patronais, e quando este não é possível, podem recorrer aos Dissídios Coletivos. É nesta fase que se encontra a atual campanha dos bancários. Mas o dissídio, na prática, não é mais que uma forma dos trabalhadores demonstrarem sua insatisfação, pois sendo este uma ação judicial, será resolvido de modo irrecorrível pelo juiz do Trabalho depois de longo tempo dedicado às novas tentativas de conciliação segundo as leis e as diretrizes oficiais. Simplesmente com o dissídio os trabalhadores pouco ou nada saem ganhando.

Mas, se por um lado a Campanha Salarial e o Dissídio Coletivo guardam um certo sabor de farsa, da qual todos já sabem o final, por outro são grandes as possibilidades de, nestes momentos, os trabalhadores se organizarem de forma efetiva e independente da tutela dos patrões e do Ministério do Trabalho, para fazerem valer os seus direitos. Quando não se contentam em clamar por um sindicato livre, mas praticam de fato um sindicalismo livre, organizado nos próprios locais de trabalho, exatamente onde podem acionar seus verdadeiros instrumentos de pressão – operações tartaruga, paralizações, greves etc. – têm grande possibilidades de alcançar grandes vitórias.

Os bancários de Belo Horizonte e o seu Sindicato, ao realizarem uma grande assembléia para reivindicar um reajustamento de 98%, descompromissado com os índices oficiais e de acordo com os seus próprios interesses, deram um importante passo, que deve servir de exemplo às outras categorias. Resta aguardar os seus desdobramentos e ver se procurarão alcançar formas organizativas compatíveis com a sustentação de suas reivindicações ou, se mais uma vez, o público assistirá a outra campanha salarial ser enterrada melancolicamente na poeira de algum arquivo morto da Justiça do Trabalho. Com muito choro e nenhuma vela.



AS IDÉIAS DO DIRIGENTE SINDICAL DOS BANCÁRIOS

(Entrevista de Arlindo Ramos a Aloísio Morais)

Quase na esquina da rua Tamoios com avenida Paraná está instalado a sede do Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte. Quem passa por ali mal percebe sua única porta, a não ser nos dias de baile ou festas. Subindo as escadas,o visitante encontrará uma sala de atendimento médico e logo depois o salão de festas utilizado também como restaurante. Logo depois, subindo mais uma rampa, encontrará um ambiente que lembrará ao de uma firma comercial. Alí estão agrupados mais de dez mil associados do total de 13 mil bancários em atividade na base sindical. Destes, mais de mil são aposentados e outros mil trabalham em outras cidades fora da base territorial do sindicato que abrange 16 cidades,além de BH.

Embora aos olhos do visitante o ambiente possa caracterizar a função assistencialista do sindicato, seu presidente, Arlindo José Ramos, faz questão de dar outra imagem: «repudiamos a idéia do sindicato meramente assistencialista. A origem histórica dos sindicatos é a necessidade de organização da classe trabalhadora na luta em defesa dos trabalhadores contra o interesse antagônico do capital, que é a maximização dos lucros, sem preocupação com a função social da empresa e da justiça social». Ele está na direção do sindicato há dois anos, tendo dirigido anteriormente a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Minas, Goiás e Brasília e o Sindicato dos Bancários de Itajubá.

O que será que Arlindo pensa do Imposto Sindical? Sua posição é contrária a este tipo de imposto, por considerar que é um dos vínculos que prendem os sindicatos ao Ministério do Trabalho. Ele acha que deve haver sua supressão gradativa como forma de libertação dos sindicatos da tutela governamental, considerando que os sindicatos deveriam se manter com rendas próprias, constituídas de arrecadação mensal dos associados e outras contribuições colhidas exclusivamente de seus associados.

FGTS

Chamando o Fundo de Garantia de uma tremenda picaretagem, Arlindo diz que ele representa simplesmente a garantia contra a falência, observando que «não se troca um direito social por uma vantagem econômica». Para ele, a opção acabou com a estabilidade, que é um direito que tem por objetivo primordial garantir ao trabalhador uma perspectiva de segurança quanto ao seu futuro como homem e como chefe do núcleo fundamental da sociedade que é a família. A opção representa simplesmente a anulação de toda a legislação trabalhista e no ato da admissão ao emprego representa pura e simplesmente a assinatura do distrato num momento em que se celebra o contrato de trabalho.

Arlindo acha também que a impossibilidade de reclamar na justiça, pelo medo de perder o emprego, estimula a burla da legislação trabalhista por parte do patrão, pois o empresário sabe que se exigir do optante durante dez anos de contrato de trabalho uma hora extraordinária por dia, sem remuneração, ao ser despedido no final de um decênio de trabalho, ao reclamar na justiça o empregado receberá a reparação do pagamento das horas extras apenas dos dois últimos anos. Daí, ele observa que uma das maiores falhas da atual legislação trabalhista é a prescrição bienal, acreditando que se não houvesse prescrição o empresário não se sentiria estimulado a burlar a lei, pois saberia que, mesmo depois de muitos anos de trabalho,ao ser despedido o empregado ingressaria na justiça e recuperaria todos os seus direitos do primeiro ao último dia de trabalho, com juros e correção monetária.

Completando, ele afirma que «pode-se dizer que assim a fiscalização do trabalho praticamente ficaria desnecessária e seria eliminada a concorrência que entre si existe,entre empresários que obedecem a legislação e os que burlam. Não quero dizer que,com relação à instabilidade,que o antigo regime de dez anos de trabalho fosse ideal, de forma alguma. Entendemos que após um pequeno período de experiência – doze meses – deveria ser dada a estabilidade no emprego com a extensão dos depósitos do FGTS a todos os trabalhadores e a justificativa social de despedida por justa causa após os doze meses do contrato de trabalho. Outra grande falha da legislação (CLT) é o contrato individual de trabalho, que surgiu do pensamento do liberalismo econômico do século passado e que não se justifica mais numa época em que o direito do trabalho é considerado um direito social. Muitas injustiças no relacionamento capital/trabalho seriam corrigidas se fosse abolido o contrato individual. Desde o momento de sua admissão no emprego, por força do contrato coletivo, o trabalhador passasse a ser assistido pelo seu sindicato».

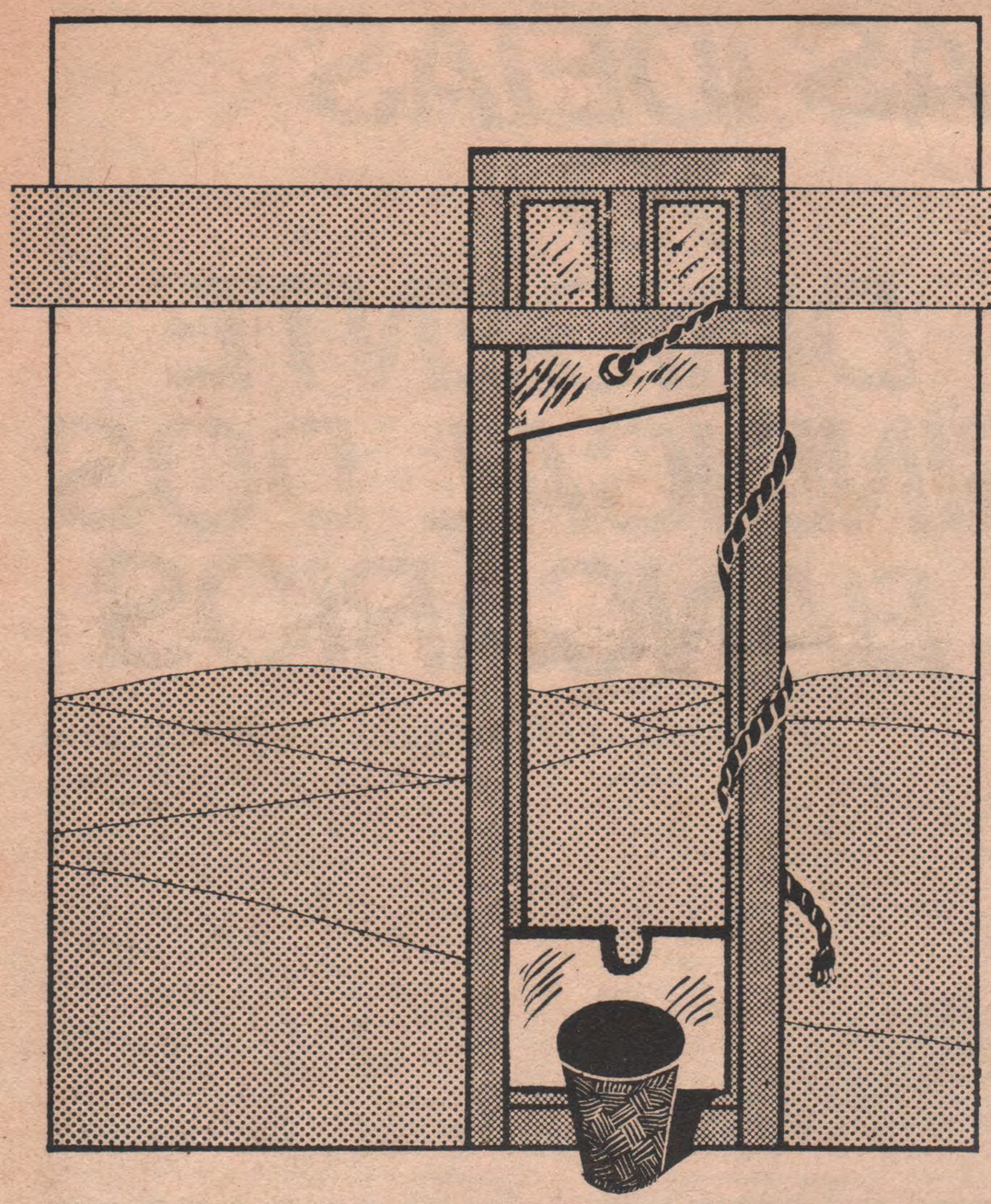
LINHA SINDICAL

Sobre a linha de ação adotada pelo Sindicato dos Bancários mineiros, seu presidente diz que,de acordo com as resoluções aprovadas na VII Convenção Nacional dos Bancários e Securitários,em julho do ano passado, no Rio, as grandes linhas de ação do sindicalismo na área bancária devem visar,em primeiro lugar,o fortalecimento da ação sindical, com vistas à implantação a um novo modelo sindical no Brasil, livre da tutela governamental e dentro de um clima de verdadeiras liberdades e autonomia de ação, «sem o que jamais poderá o sindicalismo brasileiro assumir o seu papel essencialmente reivindicativo, capaz de formar,na mentalidade operária, uma nova imagem do que seja um verdadeiro sindicalismo, em termos de representação autêntica dos interesses da classe trabalhadora».

Arlindo acrescenta ainda que «é dentro desse pensamento que os bancários e securitários deverão buscar o fortalecimento do sindicato em suas bases, isto é, através do contato direto com os trabalhadores a fim de que esse fortalecimento se faça pela participação deles, independentemente de apoio de governos, através do paternalismo, sem comprometimentos políticos que, através de uma política de barganhas,geram a figura do pelego que ora conquista alguma coisa por força dos favoritismos do poder, ora se omite na defesa de interesses maiores ou na conquista de metas fundamentais, capazes de levar a classe trabalhadora a uma ascenção na escala social, através da justa distribuição de renda, de sua elevação cultural e de uma efetiva participação no processo político nacional, de forma a levar a classe trabalhadora a participar das grandes decisões nacionais. A luta por esse ideal de verdadeira justiça social implica, necessariamente, numa abertura democrática que acreditamos possível depois de se efetivar uma verdadeira abertura social na política do governo».

A GREVE

Para Arlindo a ação e a existência do sindicalismo reivindicativo e forte só tem sentido num regime verdadeiramente democrático, onde o sindicato funcione como contrapeso necessário, a fim de evitar a exploração por minoria econômicamente e politicamente dominante. Com isso ele quer dizer que o sindicato deve ter o necessário poder de pressão para poder,através de negociação coletiva, alcançar justas condições de trabalho e de vida para seus representados, concluindo que «esse instrumento é a greve, remédio heróico a ser usado nos casos de extrema intransigência da classe econômica e que é visto no Brasil de hoje com exagerada suspeição. Entretanto, há de se considerar que na solução dos confitos entre o capital e o trabalhador é preferível o uso do instrumento da greve como processo cirúrgico para alívio das tensões setoriais, que o acúmulo generalizado dessas tensões transformando-as de crise social em crise política».



A MORTE DO FESTIVAL DE INVERNO

Ou cultura não enche barriga

O Festival de Inverno morreu. No atestado de óbito, várias causas: insensibilidade à cultura, intolerância das autoridades, orgulho próprio, incompetência, mas, acima de tudo, burrice crônica. A morte, contudo, não foi instantânea.

Na verdade, o festival vinha se definhando desde 1971, quando sofreu a maior manifestação de repressão policial que culminou com a prisão e a expulsão do País dos membros do Living Theatre, liderado pelo internacional Julian Beck. Dois anos depois, influenciada pelas incansáveis investidas policiais contra os participantes do Festival, a coordenação resolveu «descongestionar Ouro Preto».

A transformação substancial foi inspirada, contudo, pelo próprio reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, cujo acadêmico conceito de «extensão universitária» não enquadrava um acontecimento cultural mais livre, menos informal, de criação coletiva e – por que não – curtição. Para o reitor, o festival deveria se converter em cursos mais ortodoxos, ministrados em salas de aula, ironicamente denominados de oficina.

O golpe final foi dado esse ano. O álibi: transferir o festival de Ouro Preto para Belo Horizonte, a fim de comemorar os veneráveis 50 anos da Universidade Federal. Havia um outro grilo: não era conveniente provocar aglomerações em Ouro Preto, que poderiam se transformar em concentrações, assembléias – e quem sabe? – em ato público de estudantes. Sobre a reitoria rondava o fantasma das recentes manifestações estudantis.

«O aspecto mais positivo do XI Festival de Inverno foi a sua própria realização», afirmou a desconsolada professora Maria Luisa Ramos, que, logo após ser nomeada coordenadora da promoção deste ano, perdeu o apoio da Fundação de Desenvolvimento de Pesquisas (Fundep), do Conselho de Extensão, das Escolas de Belas Artes e dos coordenadores dos antigos festivais.

Em suma, o Festival de Inverno não contou com a colaboração dos órgãos da própria Universidade Federal, a criadora e mantenedora do acontecimento cultural.

Sem experiência anterior, Maria Luisa Ramos recrutou, à última hora, alguns voluntários, tão leigos quanto ela. Apenas uma das criadoras do Festival, Berenice Menegale, aceitou participar da promoção. Todos os outros recusaram sua colaboração por orgulho ferido, já que nenhum deles foi convidado para coordenar as atividades.

Não deu outra coisa: mataram o Festival de Inverno.

A REPRESSÃO NO CAMINHO DO FESTIVAL

Criado para desenvolver a «extensão universitária», o Festival acabou vítima de seu próprio gigantismo e da intolerância das autoridades, vigente sobretudo na repressão policial. Enquanto a UFMG acusava a imprensa de denegrir sua imagem, noticiando-o nas páginas de polícia, o esquema repressivo esvaziava uma das promoções mais legítimas da cultura mineira. Segundo seus admiradores mais ferrenhos, o Festival está agonizando.

Situar quando foi que a coisa começou a baixar de nível, não é muito difícil. Basta uma retrospectiva nos Relatórios anuais apresentados pela UFMG e nas programações dos festivais pelos anos afora.

Enquanto que em 1970, data do 4º Festival, – já consagrado em todo o mundo – houve 5 exposições de arte, 7 peças de teatro, 16 concertos, 6 lançamentos de livros e revistas, 11 conferências, este ano a coisa ficou restrita a fracos e poucos acontecimentos: 5 peças, duas exposições, 2 grupos de ballet, 5 de música e 4 shows ditos de música popular. Entre estes, o improvisado espetáculo de folclore dos universitários estrangeiros. Quando era em Ouro Preto, o clima existia. O dia era todo para aulas, filmes e conferências, terminando com espetáculos noturnos e, se muito criou de «folclore» pelas noites movimentadas, também conservava o espírito inicial da promoção: troca de experiências.

Em 71, o relatório informava: «para desfrutar o ambiente, tão próprio ao estudo, à pesquisa e à reflexão, surgiu o Festival de Inverno». Foi-se o ambiente e também está indo embora o Festival. Muitos situam o ponto alto da «crise» nos movimentados dias de 71, quando o grupo do Living Theatre de Julien Beck foi preso e acusado de toxicômano. Apesar de não ter sido oficialmente convidado, ele e Judith Malina vieram a Ouro Preto atraídos pelo que se falava do Festival como promoção cultural única no gênero em toda a América Latina. Também foi aí que surgiu a idéia de descentralizar a coisa, medida que se encaixava bem no esquema das autoridades, já cansadas de manter por um mês farto contingente policial só para manter «a ordem» em Ouro Preto. E a extensão universitária se estendeu realmente. A princípio, só na Grande-BH e depois alcançando cidades como Paracatu e Barbacena. O clima de Festival ficou relegado a segundo plano, sufocado pela brilhante idéia de se levar a cultura à comunidade, apesar da programação continuar elitista em termos de espetáculos e temas tratados. Mas a afluência a Ouro Preto continuava sendo da melhor qualidade. Em 72 vieram o maestro Rogério Duprat e o bailarino americano Clyde Morgan, que passaram a ser figuras obrigatórias no cenário do Festival. Gente que vinha pelo simples prazer de participar de um ato de criação coletiva pelas ruas, praças e igrejas de Ouro Preto.

Em 73, a UFMG afirmava que, aos 7 anos de idade, o Festival de Inverno consolidava sua posição assumida no País e no exterior e o chamava de «acontecimento maduro». Naquele ano havia, só em Ouro Preto, 583 alunos e 80 professores. O programa incluia 66 atividades diferentes, desdobradas em ciclos durante todo o mês. Na imprensa, nem tudo era otimismo. O **Jornal do Brasil** abriu uma matéria no Caderno – B dizendo: «o Festival termina e a ameaça continua», mostrando que, sem recursos e sem apoio, além de enfrentar a precária infra-estrutura de Ouro Preto e a intolerância das autoridades, o Festival tinha que ser renovado. O **Estadão** mostrou o policiamento ostensivo na cidade e o **Jornal da Tarde** concluiu: «este pode ser o último Festival de Ouro Preto». No que acabou sendo profeta, pois no ano seguinte a ordem foi – «descongestionar Ouro Preto» – que apesar da descentralização continuava sendo foco de tudo. Alegando falta de infra-estrutura local, a Universidade diminuiu lá o número de alunos e ordenou maior assistência às outras cidades envolvidas no Festival. O Relatório reconheceu, no final do ano, que o Festival de Inverno precisava de nova estrutura. Nesta época havia 293 alunos, em 60 cursos, e houve 450 promoções culturais em 17 cidades.

Ouro Preto continuava dividida em relação ao Festival: em pesquisa que realizou durante o 7º Festival, a professora Otaíza Romanelli constatou, por 440 questionários respondidos, que uma parte da população aceitava o Festival e outra o rejeitava. E os que o aceitavam também se dividiam: uns tinham uma atitude de aceitação total, outros parcial, predominando esta última. Mas a rejeição era pequena. No que concluiu: «as relações são positivas – 50% da população participaram das programações culturais, 75% demonstraram interesse em participar do Festival e 66% declararam ter recebido influência do Festival». Na verdade, apesar de sempre ter existido uma posição conservadora de muitas famílias e de parte do clero, não se poderia colocar aí a causa principal da saída do Festival de Ouro Preto. No mesmo ano, duas outras pesquisas da mesma professora demonstraram que os professores queriam passar o Festival de movimento de extensão e turismo cultural para um acontecimento onde isto ocorresse, mas estivesse também implícita a possibilidade de se fazer uma reflexão sobre a arte brasileira. Ressentiam-se de um objetivo final. E entre os 538 alunos, o Festival aparecia como coisa séria e com bons recursos humanos, demonstrado por 85% de índice de rendimento dos participantes. No final de 73 foi instituída a Coordenadoria de Planejamento e Normas do Festival e no 8º, em 74, entrou o Reitor Eduardo Osório Cisalpino. Alguns ex-coordenadores situam aí outra fase de decadência da promoção, que teria explodido finalmente este ano, no XI Festival.

Cisalpino é acusado de ter subestimado a promoção, assim como as demais iniciativas culturais da UFMG. Esvaziado – por divergências de opiniões – dos seus primeiros organizadores, o Festival, como por golpe de mágica, diminuiu sua ação numa simples fórmula, proposta pela atual Coordenadora, Maria Luíza Ramos: ele seria centrado em Belo Horizonte, livrando Ouro Preto do descontrolado afluxo de turistas em julho e seria baseado nas atividades de «Oficinas», caracterizando-se pelo estímulo ao «fazer». E como nos contos mal interpretados, tudo seria lindo se funcionasse realmente. O professor seria mais um coordenador do que um orientador e a visita de outros conferencistas enriqueceria os conhecimentos dos participantes, através da troca de experiências. A programação incluiria uma série de apresentações em pequenas casas de espetáculos e auditórios de periferia, de modo a levar à população uma linguagem nova em termos de comunicação artística. Mas seria realmente uma linguagem acessível a populações como as dos bairros Padre Eustáquio ou de Santa Tereza um **ballet** sofisticado como o canadense que, sem iluminação e dançando em salas empoeiradas de escolas e grupos escolares, tentava entender como levar uma arte ao povo? Sem contar a lista de personalidades que viriam ao Festival e que, no final das contas, não chegaram nem mesmo a receber o convite oficial.

Apesar da relativa informalidade das oficinas (ou cursos), a promoção deste ano não pode ser caracterizada como

Festival. Faltou tudo, clima e ambientação. As oficinas foram distribuídas em diversos prédios, impedindo a concentração dos participantes, uma maior interação entre as atividades programadas, o que não ocorria com Ouro Preto, onde havia um intercâmbio entre as diversas oficinas.

A programação cultural – considerada de baixo nível em relação aos anos anteriores – também não serviu à integração dos participantes. Após os shows, filmes ou peças teatrais, grupinhos se reuniam nos bares, mas a maioria voltava para casa.

A visão otimista dos professores não encontrava correspondente na opinião dos alunos. As críticas principais dos participantes das oficinas referiam-se à desorganização, à completa falta de divulgação, à falta de recursos e ao baixo nível de alguns professores. Apenas uma oficina – a de música – parece ter obtido um grande saldo favorável, na opinião dos alunos.

A oficina de cinema teve lances surrealistas: contratado a peso de ouro, o professor canadense Denis Poulin se limitou a dar duas aulas expositivas, sobre técnicas que a maioria dos participantes já conhecia, e, perfeitamente adaptado à bagunça e ao jeitinho brasileiro, deixou aos alunos à livre sorte. No último dia, assistiu a projeção dos filmes, não entendeu nada e teceu alguns comentários óbvios.

Aliás, o cineasta canadense não pôde assistir a todos os filmes previstos, pois a maioria não ficou concluida a tempo, por falta de equipamentos de montagem e de sonorização de que a Universidade não dispunha.

A Oficina de Jornalismo demonstrou também a falta de propósito do festival. Impossibilitado de realizar uma atividade prática, mais criativa, diante do desconhecimento dos alunos com relação às técnicas básicas do jornalismo, o professor foi obrigado a transformar a oficina, nas três primeiras semanas, em verdadeira sala de aula, a mais tradicional possível. Só na última semana foi possível montar com os alunos um inodoro jornalzinho sobre as atividades do festival.

A oficina de humor, uma das mais inteligente inovações deste Festival, também teve de suas mazelas. Foram vetados os nomes de Henfil e Ziraldo, por motivos não revelados pela coordenadora.

As crianças, ao que parece, lucraram mais. Mais livres, salvas das conservadoras normas acadêmicas impostas aos adultos, curtiram o seu festival, num verdadeiro exercício de criatividade.

Na oficina de literatura, os «professores» tentaram romper as limitações, tomando como ponto de partida as criações literárias dos próprios participantes. Não faltaram, contudo, as acadêmicas palestras e análises à luz da Teoria da Literatura.

Este foi, em resumo, o Festival de Inverno.

TERESA GOULART



DIÁRIO DA LIBERTAÇÃO

(A Guiné-Bissau da Nova África)

Licínio Azevedo
Maria da Paz Rodrigues

Prefácio de Florestan Fernandes

Coleção TESTEMUNHOS 2

editora VERSUS

Acesita resiste ao King-Kong

«Num País de cultura dependente constata-se cada vez mais a existência de obstáculos à apreensão de sua memória nacional, com as forças neocolonizadoras invadindo escandalosamente nosso cotidiano, via meios de comunicação, com subprodutos dissociados de nossa realidade cultural e histórica. Nos cinemas, a invasão de super-produções catastróficas como INFERNO NA TORRE e KING KONG não nos oferecem opções e a nossa alienação completa mais um ciclo, nos aproximando de uma encruzilhada sem saida».

Com este manifesto, encabeçando o programa da **«II Semana do Cinema Brasileiro»**, o Kinocks-Clube de Cinema, grupo cultural autônomo da região de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Acesita, deixa bem claro o caráter de sua promoção em defesa do cinema brasileiro, em particular, e de uma estreita vinculação com nossas raízes culturais, num âmbito geral.

Para realizar este projeto, o **Kinocks** escolheu entre o que de melhor existe na produção cinematográfica nacional, além de nomes representativos – diretores e críticos – para que a população de Acesita, Coronel Fabriciano e Ipatinga, pudesse ver e discutir os trabalhos de nossos cineastas.

O que se presenciou, então, na semana de 3 a 10 de agosto, em Acesita, foi uma freqüência de público jamais vista, nem mesmo quando da apresentação dos Infernos na Torre e dos King Kongs e Tubarões da Vida. A sala de exibições, o único cinema comercial da cidade, com capacidade para 500 pessoas teve sua lotação esgotada em várias sessões, com o público se acomodando pelo chão, da melhor maneira possível, depois de todas as cadeiras preenchidas.

Assim o público da região pôde ver A LENDA DE UBIRAJARA de André Luiz de Oliveira; PECADO NA SACRISTIA de Miguel H. Borges: A NOITE DO ESPANTALHO de Sérgio Ricardo; MARÍLIA E MARINA de Luiz Fernando Goulart; LADRÃO DE BAGDA de Vítor Lima; PERDIDA de Carlos Alberto Correa; CORDÃO DE OURO de Antônio Carlos Fontoura; A FLOR DE PELE de Francisco Ramalho Jr. e ALELUIA GRETCHEN de Sílvio Back, sendo que algumas destas fitas foram mostradas em primeira exibição em Minas Gerais, além de participar de debates abertos com Fernando Ferreira, Miguel H. Borges Luiz Fernando Goulart, Manoelita Diniz, Shubert Magalhães, Orlando Bonfim, Denise Bandeira, José Carlos Avelar e Paulo Emílio, cineastas, críticos e representantes de instituições ligadas ao cinema.

Para realizar a promoção, o **Kinocks** teve de vencer inúmeros obstáculos que vão desde a falta de verbas e as constantes viagens para contatos até a censura econômica da prefeitura de Timóteo e os problemas com o departamento de censura da Polícia Federal, para liberação de todo material cinematográfico que seria exibido.

As promoções anteriores do **Kinocks** foram patrocinadas basicamente pelas prefeituras de Timóteo, Ipatinga e Coronel Fabriciano, através de verbas que variaram de dez a vinte mil cruzeiros. Entretanto, quando se procurou a prefeitura de Timóteo, o atual prefeito vingulou a concessão da verba para a II Semana de Cinema Brasileiro à exibição de um filme que a própria Prefeitura mandara fazer e onde, por estranha coincidência, o astro principal do filme era nada mais nada menos que o prefeito em questão.

O **Kinocks**, buscando uma linha de trabalho independente, recusou à proposta, assumindo as possíveis conseqüências que isto acarretaria. E elas não se fizeram esperar: primeiro a Prefeitura de Timóteo, através de pressão econômica, cortou a coluna de cinema que o **Kinocks** assinava em jornal local. Depois recusou definitivamente o patrocínio financeiro à promoção cultural da II Semana de Cinema Brasileiro. Isto, após ter gasto, meses antes, quase quinhentos mil cruzeiros com a promoção «Miss Minas Gerais», dinheiro do povo da região, que corre todo ano, para os bolsos dos Diários Associados, em troca de publicidade para os prefeitos.

Também o departamento de censura da Polícia Federal deu o que fazer ao pessoal do **Kinocks**. Durante a realização da II Semana de Cinema Brasileiro, estava programado o primeiro Simpósio de Cinema com a participação de vários Cine-Clubes mineiros.

Para esta promoção paralela, programou-se a exibição de um curta metragem todas as noites, antes da Sessão especial. Mas devido ao zelo excessivo dos censores, a exemplo do que ocorrera em Brasília, no último festival nacional de cinema, o público não pôde conhecer os documentários e curta-metragens dos novos cineastas que despontam no panorama cinematográfico brasileiro. Por isto, obras como O HOMEM É O LIMITE de Ruy Santos; ECOLOGIA de Leo Hirsxmam; VOLPI de Olívio Tavares; BEXIGA ANO ZERO de Regina Jehá; FÁBULA DA FESTA NO CÉU de Noilton de Almeida; CERÂMICA DO VALE DO JEQUITINHONHA de José Tavares de Barros; OS HOMENS DO CARANGUEJO de Ipojuca Martins; ARQUITETURA DE MORAR de Antônio C. Fontoura e o GUARANI de Regina Jehá foram vedadas ao público de Acesita.

Os Cine-Clubes presentes à II Semana de Cinema Brasileiro (Viçosa, FACE-UFMG, Engenharia – UFMG, ICEX – UFMG, ESAL – Lavras, Lima Barreto – Itabira, Centro de Estudos Cinematográficos – Juiz de Fora, Kinocks – Vale do Aço e Federação de Cine-Clubes de Minas Gerais) se encontraram durante todo o dia 6 e 7 (sábado e domingo) para trocarem experiências e discutirem as perspectivas do Cine-Clube em Minas Gerais, além do mercado paralelo de fitas cinematográficas. Ao final do encontro, os Cine-Clubes presentes tiraram um documento, onde se solidarizam com o cineasta e escritor Renato Tapajós, arbitrariamente preso no dia 26/7, após publicação de seu livro **«Em Câmara Lenta»** e repudiam a censura e a repressão que se abate sobre á cultura e o povo brasileiros.

Publicamos a seguir, na íntegra, o documento firmado pelos Cine-Clubes presentes à II Semana de Cinema Brasileiro.

«As entidades reunidas no IIº Encontro de Cine-Clubes Mineiros, realizado em Acesita, a 7 de agosto de 1977, vem posicionar-se contra a brutal prisão que atingiu o cineasta e escritor Renato Tapajós, ocorrida no dia 26/07, após a publicação de seu livro «Em Câmara Lenta». Desde então, ele se encontra em regime de incomunicabilidade nos subterrâneos do sistema.

Esta prisão leva às raias do absurdo o processo de agudização da repressão à cultura que se quer crítica e compromissada com as aspirações e anseios da maioria da população. Já não basta a censura que se abateu sobre o cinema, sobre o teatro, enfim, sobre toda a manifestação cultural. Agora prende-se o autor pelo «crime» de procurar refletir no âmbito da cultura os anseios de seu povo.

Contudo, esta repressão não se esgota ao âmbito c cultural. É a mesma que se abate sobre os sindicatos operários, sobre as entidades estudantis, e de maneira geral, sobre todos aqueles que se colocam ao lado do povo em sua luta.

O Cineclubismo, como uma atividade sócio-cultural, não pode se omitir, portanto, de adotar um firme e veemente protesto contra mais esta arbitrariedade do regime, reconhecendo, ao mesmo tempo, que a única maneira de evitar que continue esta escalada repressiva, é a organização livre e independente dos amplos setores que hoje sofrem as misérias do regime, Organização esta que se norteie pelos propósitos de uma luta democrática, no sentido da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Nesta perspectiva, endossamos o posicionamento do Conselho Nacional de Cine Clubes, reafirmando sua exigência final: «Os cine-clubes brasileiros não podem prescindir de cineastas da categoria de Renato Tapajós e reclamam sua imediata libertação».

Fernando Assunção





Zinho

Fábricas de Contagem querem operários, mas à distância

É aquele tal negócio; aonde a fábrica vai o operário vai atrás, e vai como pode. Em Contagem aconteceu o seguinte: com a implantação de diversas fábricas foram-se formando favelas em torno. Enquanto estas fábricas necessitavam da mão-de-obra de seus moradores, tudo bem. Mas à medida que as favelas foram crescendo e a mão-de-obra foi ficando farta até demais, a coisa foi mudando, como acontece agora. Quem está saindo prejudicado são os favelados. As indústrias têm a CDI – Companhia de Distritos Industriais – e as prefeituras para lutar por elas, dando às empresas o «direito» de tomar decisões sem dar a mínima satisfação ao povo e, prá completar, a CDI optou pelo total favorecimento ao grande capital estrangeiro. Isto vem sendo encaminhado desde 1964.

Hoje existem mais de 30 mil favelados de Contagem nas «áreas destinadas às indústrias» e a CDI decidiu desocupar todo esse pessoal. A prefeitura abriu as pernas aos interesses das indústrias, assinando convênio que fixa o prazo de dois anos para expulsar todos os favelados. O engraçado é que favelado não pode morar ali, mas funcionários de certas empresas podem. Como é duro ser favelado! Até o MDB de Contagem entregou os pontos ao poder vigente. Veja a seguir como tudo é tramado.

PREFEITO, CDI E VEREADORES TODOS CONTRA OS FAVELADOS

A Prefeitura de Contagem precisava da autorização da Câmara Municipal, onde o MDB tem larga maioria (13 entre 17 vereadores) para assinar o convênio com a CDI para efetivar a desapropriação das favelas da Cidade Industrial. No ano passado, o então prefeito Newton Cardoso enviou o convênio à Câmara. Devido à proximidade das eleições, o projeto foi recusado pela maioria dos vereadores.

Este ano, o prefeito José Luiz de Souza (que se orgulha de ser um cursilhista) tornou a enviar o projeto à Câmara. Desta vez o projeto passou com facilidade: 13 votos a favor contra 3 (o presidente da mesa – do MDB – não vota). Um fato curioso: nos três votos contrários ao convênio, 2 foram de vereadores filiados à Arena. (1).

Na sessão de aprovação do Convênio – no dia 17 de maio – a Câmara Municipal teve suas dependências lotadas por moradores das favelas que à primeira manifestação apoiando um morador que falava contra o convênio, foram duramente ameaçados de expulsão do recinto pelo Presidente da mesa, de alcunha «Nêgo». No decorrer da sessão também não faltaram manobras grosseiras, como, por exemplo, um telefonema do Prefeito a um Vereador comunicando-lhe que acabara de acertar com a Cohab um plano de construção de um Conjunto Habitacional para os favelados, o que era mentira, pois a Cohab seguramente não construiria casas para mais de 30 mil pessoas em apenas 2 anos, só em Contagem.

A reação dos moradores ante a aprovação do convênio, mesmo tímida, já se fez sentir. A insatisfação generalizada, a denúncia do convênio, e um abaixo-assinado com milhares de assinaturas.

Ante a reação dos favelados,por certo imprevista para o Prefeito e Vereadores «oposicionistas», o Sr. José Luiz fez divulgar uma carta, expondo suas razões. Nela, a Prefeitura afirma que entrou na história para «resguardar o **pretendo direito** (sic) dos ocupantes das referidas áreas». Que, as «indústrias manifestaram ao CDI interesse por estas áreas» e que seu interesse em firmar o convênio foi no sentido de fixar «diretrizes, meios e critérios para o desfavelamento». Mais adiante afirma que houve uma pesquisa entre os favelados que «levou a administração a concluir que muitos dos favelados em sua maioria, manifestaram dois desejos prioritários: a volta para o município de origem e a aquisição de casa própria, de fato».

Na realidade, entre os próprios favelados não se pôde confirmar a realização de tal pesquisa. E o Abaixo-assinado dos moradores é muito claro – os moradores reivindicam o cancelamento do convênio, a urbanização das áreas em que moram e a legalização da posse.

No dia 11 de agosto uma comissão de 12 representantes de todas as favelas e vilas ameaçadas de expulsão foram à Prefeitura para entregar ao prefeito o abaixo-assinado, com cerca de 7.000 assinaturas. Eles tiveram de esperar mais de duas horas para serem recebidos pelo Prefeito José Luiz. Desta vez José Luiz veio de novo com a história, de que tinha «pedido» à Cohab para construir um Conjunto Habitacional, cujas casas seriam vendidas para os moradores das favelas e vilas, e que o convênio tinha sido feito para «assegurar os interesses dos moradores».

No final, a decisão da Comissão foi de continuar a luta contra o «convênio» e contra a expulsão das favelas e vilas da Cidade Industrial.

(1) Mesmo os 3 vereadores que votaram contra o convênio (Zulma Leal, do MDB – mora numa das vilas ameaçadas –, Ailton Diniz e João Evangelista, da Arena) não são contrários ao desfavelamento. Se opõem apenas às condições em que está proposto o desfavelamento, ou seja, sem oferecer nenhuma garantia aos moradores de que teriam outro lugar para morar ou seriam indenizados.

O CONVÊNIO CDI – PREFEITURA DE CONTAGEM

O prefeito de Contagem, José Luiz de Souza que encaminhou o convênio à Câmara, justificou dizendo que «(... o desfavelamento, a drenagem e canalização de córregos, como o Ferrugem, resultarão na liberação de áreas, que terão destinação industrial...)».

Fica claro, então, que o convênio tem uma finalidade: expulsão dos favelados, melhoramentos da infra-estrutura industrial e entrada de indústrias no lugar dos moradores.

Nas dez cláusulas do convênio apenas uma (a sexta) é dedicada aos trabalhadores, que com seu trabalho, construiram e deram super-lucro às indústrias. O resto atende ao que as indústrias desejam. Os aspectos mais importantes do convênio são os seguintes: – OBJETIVO: «erradicação de favelas». Após isto, os terrenos serão «(...) vendidos a terceiros que desejarem se estabelecer na região ou expandir seus atuais estabelecimentos, (...). Dar-se-á direito de preferência, em igualdade de condições, aos confrontantes dos terrenos a serem leiloados (...)». Ou seja, o convênio favorece imensamente a Magnesita, a Itaú, a Unisa, etc – todas com favelas atrapalhando seus planos de expansão. – DINHEIRO: os terrenos de onde os favelados serão expulsos vão ser todos vendidos pela CDI e o dinheiro irá para a Prefeitura. Mas este dinheiro não reembolsará os favelados. Será para fazer melhorias no distrito industrial e está proibido aplicações para fins sociais. – PREOCUPAÇÃO: pelo convênio a prefeitura impedirá que os moradores expulsos de uma favela formem outra. Diz na cláusula quinta: a Prefeitura tem o compromisso de «(...) não permitir, de forma alguma, a ocupação, a qualquer título, das vias, praças e demais logradouros públicos (...)».

DESFAVELAMENTO EM CONTAGEM

AS FAVELAS SURGEM COMO:

1. Recurso de moradia para os trabalhadores assalariados
2. Forma das indústrias obterem uma super-acumulação de lucros

A criação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias há mais de 20 anos inaugurava também o primeiro distrito industrial integrado do País, instituindo uma forma de produção industrial mais avançada, pela qual as indústrias que forneciam às outras ficavam próximas, reduzindo os custos. Entre as vantagens apontadas para a atração de indústrias para o local, a CI oferecia uma infra-estrutura de energia elétrica, água e matérias-primas, além de então eficiente sistema viário – BR-381, anel rodoviário e proximidade do maior centro urbano do Estado, Belo Horizonte.

A Cidade Industrial, tendo por centro a Praça da Cemig, forma um hexágono que, teoricamente, seria reservado para instalação de indústrias, comércio, bancos, vias públicas, escolas industriais e outras atividades. Menos habitação para os trabalhadores.

Decorrente da implantação da Cidade Industrial, da mão-de-obra que esta atraiu e pela expulsão de trabalhadores da região central da capital pela especulação imobiliária, Contagem, Ibirité e a região do Barreiro crescem rapidamente. À sua população somam-se trabalhadores mais qualificados, pequenos comerciantes, funcionários públicos, entre outros, que adquirem a preços acessíveis lotes onde lentamente constroem suas casas.

Ao lado desses novos moradores, é pressionada também para a periferia uma massa de operários sem qualificação que vai se alojar precariamente na área de «destinação industrial», mas não ocupada efetivamente. Surgem as primeiras favelas, ao lado da Magnesita e Mannesmann, atrás da Itaú, GE e SBE e perto de outras fábricas; em espaços destinados a futuras ruas e uma avenida (avenida 5 e ruas 4, 9 e 10); à beira de córregos.

CONTEMPORIZAÇÃO

Mas por que as favelas não foram molestadas enquanto estavam se consolidando, já que era «área de destinação industrial?»

Em primeiro lugar porque as favelas significavam uma mão-de-obra barata, já que os salários baixos não precisavam remunerar a habitação (nem lotes, nem construção) e transporte (as favelas estão nos fundos das fábricas). Com isto, as favelas possibilitam uma superacumulação de lucros para as indústrias.

Em segundo lugar, porque os trabalhadores que moravam nos bairros «**legais**» não constituíam número suficiente para suprir a necessidade de mão-de-obra das indústrias da Cidade Industrial.

Em terceiro, as indústrias ainda não necessitavam das áreas ocupadas pelas favelas (1).

As favelas, por seu lado, dado a proximidade das indústrias e dado sua localização, tinham ou acabariam por ter condução, luz e água próximos, escolas, telefone, hospital e um comércio básico. Com estes recursos, as favelas foram crescendo cada vez mais.

RESISTÊNCIA

A ocupação das áreas de destinação industrial só trazia problemas quando uma nova indústria reivindicava a área ocupada ou quando se colocava uma expansão de indústrias já existentes. Nesses casos, a expulsão dos favelados entrava em questão (2).

Houve assim a expulsão de moradores devido à expansão da GE, da Magnesita e da Usipa. E, com a compra da Demisa pela associação Fiat – Allis, parte da Vila São Vicente foi transferida para o Parque São João.

Mas a existência das favelas em seu conjunto não era um problema imediato, a ser resolvido com urgência.

INVERSÃO

Depois de mais de 20 anos da instalação da Cidade Industrial e da implantação das favelas, a situação mudou.

Os bairros periféricos da Cidade Industrial, hoje, já têm fartura de mão-de-obra. Para as indústrias a realidade agora é outra: já não é mais necessário ter trabalhadores em seus quintais, ao lado das fábricas. Agora, as mesmas indústrias que exploravam as condições de moradia (próxima e sem custo) para pagar um baixo salário precisam de terrenos onde estão as favelas, que abrigam o contingente excessivo de trabalhadores.

Hoje, já são mais de 30 mil favelados dentro da «área de destinação industrial» e a CDI decidiu que é hora de tomar uma atitude para desocupar a área.

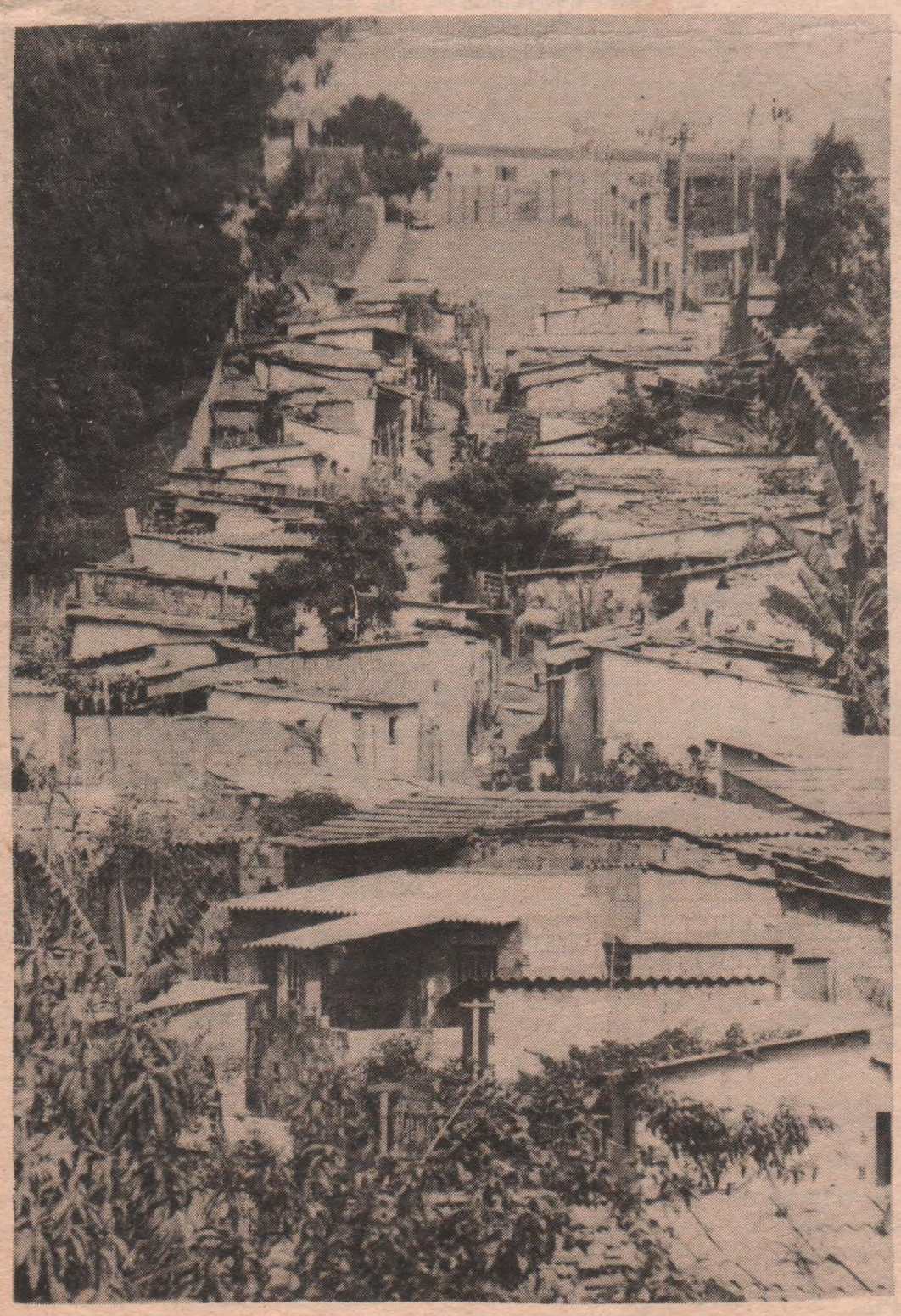
Para expulsar um número tão grande de trabalhadores de suas casas, a CDI necessitava de um apoio, de um para-choque para dividir as responsabilidades.

Para isso, nada melhor que uma prefeitura nas mãos do MDB. Aliás, um MDB em nada diferente da Arena, mas que representava ainda a oposição para os trabalhadores.

E a Prefeitura de Contagem curvou-se aos interesses das indústrias, assinando o convênio com a CDI que fixa o prazo de dois anos para expulsar todos os moradores da «área industrial» de Contagem.

(1) – Contraditoriamente, o Estado permitiu a utilização de áreas para construção de residência para funcionários e trabalhadores de certas empresas – Itaú e CTSE.
(2) – Até 64 havia resistência coletiva e as tentativas arbitrárias de expulsão não vingaram. São exemplos os casos da Vaquinha, Vila Itaú e a Vila do Estado.





CDI: SEMPRE SIM SENHOR PARA SERVIR ÀS INDÚSTRIAS

A partir de 1964, sucessivas leis (1) foram formando o sistema de que hoje o governo estadual dispõe, para executar sua política quanto à industrialização. Hoje ele inclui o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG – e o Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI –, além da CDI.

A Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI – MG – surgiu com a lei 55.721, assinada em 25 de junho, pelo governador Rondon Pacheco. O governo do Estado é dono da maioria do seu capital e os outros acionistas são, principalmente, empresas estaduais, como a Cemig, o BDMG, etc...

Atualmente, os distritos industriais de qualquer município mineiro não são controlados pela prefeitura local, e sim, pela CDI. A existência desta Companhia é uma forma de centralizar decisões econômicas, de acordo com uma das orientações mais constantes do regime brasileiro.

Pode-se entender a importância do caráter autoritário para o funcionamento do «modelo de industrialização» adotado, observando as palavras do próprio presidente da CDI. O dr. Silviano Cançado Azevedo diz o seguinte: «Desenvolvimento econômico não é um estado de paz, é um estado de guerra. São necessários sacrifícios constantes, lutas memoráveis e vigilância permanente, para que sejam viabilizados importantes e fundamentais projetos, que muitas vezes colidem com interesses secundários». (2).

Diante de «interesses que colidem», a «solução» autoritária é impedir a manifestação dos interesses contrários ao modelo. Então, todas as decisões importantes podem ser tomadas como se a economia fosse um assunto «puramente técnico», «apolítico», que só interessasse aos burocratas bem formados e bem pagos.

A CDI pode decidir que é secundário o sacrifício de milhares de famílias na Cidade Industrial de Contagem, para reduzir os custos dos planos de expansão das indústrias existentes. Em questões como esta, a forma jurídica de **empresa** também facilita o trabalho da CDI. Aqui, não existem canais normais e reconhecidos (apesar de extremamente debilitados, no regime atual), por onde os prejudicados possam reivindicar seus direitos, como diante de uma prefeitura, por exemplo. Afinal, as empresas têm o «direito» de tomar decisões sem dar satisfação ao povo.

O QUE A CDI OFERECE ÀS INDÚSTRIAS

Em primeiro lugar, convém lembrar, como diz também o presidente da CDI, que «para a consolidação deste processo de desenvolvimento, a máquina do governo funciona perfeitamente entrosada» (3).

A CDI se encarrega de oferecer terrenos dos distritos industriais como todos os recursos: avenidas asfaltadas, energia elétrica, telefone, rede de água, esgoto, localização excelente e providência todos os serviços públicos, como transporte coletivo, correios, coleta de lixo, etc. Mas não é «só» isto: um folheto de propaganda da CDI, destinado aos empresários, esclarece que ela se dispõe a fazer todas as pesquisas econômicas que o empresário desejar, a «promover todas as operações de financiamento» e até a «implantar as indústrias, desde a terraplenagem à construção». Ela ainda negocia com os municípios, onde estão os distritos industriais, a concessão de incentivos fiscais adicionais (isto é, além dos estaduais e federais).

Evidentemente, todos estes favores são concedidos com recursos públicos, que deixam de ter aplicações sociais como escolas, postos de saúde, etc. Estes «subsídios» às empresas são hoje comuns no País, ao ponto de haver uma competição entre Estados ou entre Municípios, para ver quem dá mais. E tem-se de reconhecer que a CDI tem sido altamente eficiente nesta tarefa.

Tendo optado pelo favorecimento ao grande capital estrangeiro, a CDI já patrocinou a instalação de diversas indústrias como a Krupp, a FMB, a GM-Terex, etc. Os favores concedidos às indústrias chegaram a ser indecorosos – o mais escandaloso foi o da FIAT Automóveis S.A. (4).

(1) Lei 3.304, de 16/12/64; Lei 3.313, de 18/12/64; Decreto 8.265, de 26/4/65; Lei 4.133, de 20/4/66; Decreto 10.064, de 10/10/66; Lei 5.721, de 25/6/71.
(2) SILVIANO CANÇADO AZEVEDO: «O esforço mineiro de industrialização», folheto editado pela CDI, sem data.
(3) Idem, idem.
(4) FRANCISCO DE OLIVEIRA: «Ao correr do martelo, leiloa-se um País», Cadernos de Debates, Editora Brasiliense, 1977.

DE FATO Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor

NOME _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

ASSINATURA : DOZE EDIÇOES

$100,00

O interessado deve enviar pelo correio cheque nominal visado ou vale postal ao Jornal DE FATO, av. do Contorno 2399 – Floresta – BH, MG – CEP 30000

Jornal De Fato, registro 32.895. Editado pela Editora Textual Ltda. – CGC – 19170349/0001 - 08

PAULO ATAYDE MÁQUINAS LTDA



bahia, 1176
lojas 10 e 12
fones: 222-9547
222-3291

LABORATÓRIO TÉCNICO ELETRÔNICO
OFICINA AUTORIZADA
REMINGTON RAND



OVELHA
MAGAZINE DE HUMOR



editora santa edwiges

- LIVROS
- REVISTAS
- JORNAIS
- FOLHETOS
- FOTOCOMPOSIÇÃO
- EDITORA
- GRÁFICA
- OFF-SET

Av. Teresa Cristina, 1665 – Fone PBX: 337-1511 – Belo Horizonte – M.G.

ASSINE
versus

Nome .....
Rua ..... Nº .....
Cidade .....
Estado ..... Cep .....
Enviar cheque nominal ou vale postal de Cr$ 150,00 para Editora Versus Ltda., Rua Capote Valente, 376, Capital, SP, CEP 05410. Cada assinatura dá direito a 12 números de Versus mais edições especiais. Peça nossos números já publicados.

Quem faz o COOJORNAL é uma equipe da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Quem lê o COOJORNAL são pessoas críticas e exigentes. Que buscam no nosso jornalismo o meio melhor de acompanhar os fatos do nosso tempo.

Para essas pessoas é que nós fazemos o COOJORNAL. Com a responsabilidade de quem sabe que fazer jornal é fazer leitores.

Sempre tendo coisas importantes em comum com eles. Como a verdade.

Preenchendo o cupom ao lado, você preenche a sua necessidade mensal de informação selecionada e tratada como você merece.

cooJORNAL

CUPOM DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Forma de pagamento:
Cheque em nome da COOJORNAL
Banco: _____ Valor: _____ Data: _____

Ordem de pagto. nº: _____ Valor: _____ Data: _____
Banco: _____

Vale postal nº: _____ Valor: _____ Data: _____

ASSINATURA POR 12 EDIÇÕES: Cr$ 80,00

Rua Comendador Coruja, 372 Fones: Redação — 24.0951 — Administração e Comercial — 21.8984
Porto Alegre — RS - Brasil

Movimento, um jornal democrático

Desejo receber uma assinatura de Movimento:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Profissão _____ Idade _____

Cidade _____ Estado _____

Neste sentido, estou enviando o cheque de nº , em nome de Edição S/A — Editora de Livros, Jornais e Revistas — Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Telefones: 210-6622 e 210-6744. Para assinaturas na Europa, África e Ásia, pode-se enviar o pagamento para a seguinte Conta Postal: CCP 2360 535 E 020. M. Forti, Bureau 142 — Paris France.

ATENÇÃO: Ajude Movimento a se tornar mais conhecido. Envie o nome de até três amigos que enviaremos Movimento para eles gratuitamente e sem compromisso.

_____

_____

_____

ANUAL ☐

Cr$ 400,00

Exterior: US$ 70,00

Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados.

SEMESTRAL ☐

Cr$ 200,00

Exterior: US$ 35,00

Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados

posição

— quinzenal —

VITÓRIA - ES

ASSINATURA

ANEXO ☐ VALE POSTAL
☐ CHEQUE NOMINAL PARA
EDIÇÕES DO LEITOR LTDA
NO VALOR DE

☐ CR$ 60,00 (SEMESTRAL) ☐ CR$ 120,00 (ANUAL)

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

_____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

burguesia nacional (burguesia industrial à frente) – em oposição ao que era definido como «velho», herança da colônia, do Império, da política coronelista da República Velha – o mundo agrário-mercantil, latifúndio na linha de frente, atrasado e «feudal», a que o Imperialismo estaria associado. Enquanto isto, este montava a linha de frente de «nosso» parque industrial: sua capacidade de associação (e de renovação) política ainda guardava muitas surpresas para o pensamento progressista brasileiro.

Em **Cultura posta em questão,** livro elaborado nos anos decisivos desta estratégia de luta contra o «velho», Ferreira Gullar já ressaltaria que no projeto de uma cultura popular era imprescindível a denúncia dos conceitos culturais que visam esconder seu caráter de classe. Chegava-se ao limiar de uma crítica daquele empuxo nacionalista. Ainda assim, o termo continuava no centro do campo: reconhecendo que «a luta do escritor e do artista engajados na cultura popular se trava, de saída, contra o imperialismo», dado que «o poder de influência daqueles interesses sobre os órgãos de divulgação é quase total (...) – inclusive no veto ou promoção de valores culturais», Ferreira Gullar indicava que «a cultura popular tem caráter eminentemente nacional **e mesmo nacionalista**» (4).

A partir de 1964, a guerra se declara em outra frente. Cortadas as asas que desejavam voar em direção a públicos mais populares, a «politização da cultura» volta a fechar-se no círculo da classe média consumidora. Em outras palavras, a «politização da cultura» passa à defensiva e as forças interessadas na «despolitização» não só da cultura, como da nação, passam à ofensiva. O impulso em busca do popular permanece na canção, no teatro, na poesia, em outras áreas da produção, mas engendra-se de outra forma. Restrita em termos de público, perseguida, ainda que muitas vezes se julgasse na «ofensiva», a «politização da cultura» termina por celebrar a si mesma, embora nas aparências retóricas assuma formas cada vez mais radicais. Resiste, enquanto manifestação de uma consciência critica; marca passo, mas não desiste. Numa das peças mais famosas desta época – **Liberdade, liberdade** – Paulo Autran terminava o espetáculo com a frase: «Resisto!», extraída da peça **Prometeu acorrentado**. Logo após a frase fulgurante, as luzes se apagavam e se acendiam os intermináveis aplausos. No bojo desta resistência, no entanto, viajava o que uma crítica arguta chamou de «a canção que consola» (5). Artistas e público se consolavam mutuamente; recém-derrotados, celebravam a própria consciência, o fato de permanecerem juntos na mesma sala de espetáculo.

Entrementes o cerco cultural se intensificava, ferreteava-se a universidade, cresciam as proibições de peças, livros, o que fosse. E já se abriam para a classe média as portas (ou a sereia) do digestismo cultural, definido, por exemplo, naquele inesquecível e irresponsável «e que tudo o mais vá pro inferno».

Por seu turno, o Imperialismo apontava seu baú de quinquilharias e de miçangas culturais, por exemplo, os acordos MEC-USAID. Renovavam-se filosofias de ação, com conseqüências que até hoje permanecem imprevisíveis. A universidade brasileira estava ultrapassada? Era imperioso renová-la. Mas não no sentido democrático da então Universidade de Brasília, destruída implacavelmente; mas sim no sentido de adaptá-la às novas necessidades «empresariais» do País. Numa palavra, criar a universidade empastelada/encastelada que ora temos. Empastelada porque sem autonomia, sem condições plenas de ensino, sem plena liberdade de expressão. Encastelada porque, se multiplicou suas vagas, intensificou seu caráter de escada para a ascenção individual na sociedade.

Esse mar de tensões e contradições teriam seu desaguadouro na forma de tempestades que se abatiam sobre a vida nacional. Citemos duas, a guisa de exemplo, de âmbito e alcance diferentes: a Tropicália, juntando em confrontos explosivos o consumismo e a consciência crítica, modismos e arcaísmos, hinos e gritos, atabaques e guitarras, o «nacional» e o «estrangeiro»; e o holocausto político que se segue imediatamente a 1968.

Afinal, quem e o que era o «povo»?

Hoje em dia é comum – já se pode dizer até de «bom gosto» – fazer uma crítica rasante do que foram estes «verdes anos» para muitos. Que restou, na rapa da panela, de tudo aquilo?

Pelo menos um (senão mais) problema não solucionado: ao contrário, agravado.

Falava-se muito, naqueles tempos, em «povo», em nome do «povo», para o bem do «povo». A tal ponto que esta palavra desgastou-se, facilitando o trabalho daqueles que queriam suprimi-la da produção cultural e suprimir o próprio das decisões nacionais. Hoje em dia, talvez tão importante quanto se perguntar quem, de fato, era o povo, naquela circunstância (6), seja perguntar «o que» significava esta entidade – «o povo». Quer dizer, o que se buscava definir ao se utilizar de forma multiplicada essa palavra camaleônica.

A última vez que vi – ou melhor – ouvi «o povo» em sua plenitude foi numa tarde de agosto de 1961, quando se deflagrara um movimento nacional, com centro em Porto Alegre, de defesa da «legalidade», simbolizada na posse de João Goulart como Presidente da República, conforme determinava a Constituição.

Na voz de que o Palácio Piratini – onde se resistia em nome dessa legalidade – ia ser atacado, uma multidão se concentrara na Praça da Matriz, em frente, em defesa dos três: praça, palácio, legalidade. À tarde, quando o perigo imediato fora neutralizado, essa multidão cantava o hino nacional, cujas palavras podiam ser ouvidas com nitidez, a uma distância enorme. Seria impossível detetar na massa de gente que se apinhava na Matriz qual a percentagem de estudantes, de operários, de funcionários públicos, desta ou daquela categoria ou classe social. Mas aquilo era «o povo», ou seja, a população mobilizada politicamente em defesa de seu direito a uma legitimidade política, de seu direito de legitimar ela própria, não os golpes de mão, a vida política, econômica e cultural da nação. Isso num País de passado escravocrata e colonia, de tradição de «revoluções» feitas por cima, «antes que o povo as faça» num País em que, através da história, pelos mais variados artifícios, suas amplas massas sempre foram alijadas da vida política, quando não diretamente da cidadania, como no campo dos escravos; num País em que o caráter de «coisa» que se atribuía ao escravo, e que lhe impossibilitava o ter direitos ou voz, freqüentemente ainda carimba o trabalhador.

Politizar a cultura significava democratizá-la; como, da mesma forma, politizar a nação significava, no limite em que o populismo não chegou a compreender, democratizá-la sem adjetivos.

Diria o próprio Ferreira Gullar, dando expressão, no terreno das artes e cultura, a esse verdadeiro «sinal do tempo»: «pode-se dizer mesmo que nos descobrimos hoje como ser político, na medida em que compreendemos a significação coletiva de nossos atos e temos consciência de que, através deles, podemos modificar a realidade social, vale dizer, a nossa situação no mundo» (7).

O divórcio entre «poder» e «legitimidade» não é caso particular de um único País; se estende pela América Latina. Nos últimos tempos houve tradicionalmente campo e sinal verde para um intervencionismo na América Latina cujo resultado tem sido o esfrangalhamento da vida nacional de muitos países do continente: a destruição da «nação». No entanto, seria um erro jogar, de todo o motor dessa verdadeira tragédia nacional do Continente para «fora», obscurecendo as contradições internas, a rarefação também tradicional da vida interna dessas nações, rarefação que as elites freqüentemente têm se disposto a defender com unhas e dentes. Cumpre assinalar que o sistemático desrespeito aos direitos humanos, que se observa em muitos pontos do Continente, faz parte dessa política de rarefação da vida nacional, transformando-a em asfixia. No seu alvo está o corte de possibilidade de expressão nacional de quem se opuser, para sermos claros e paródicos, a venda do Continente e de sua mão-de-obra a troco de banana.

Existe, portanto, uma «questão nacional» na América Latina; no Brasil, em particular. Mas ela começa **dentro** dos países em questão, no jogo político que alija da vida nacional suas «massas» ou que as utiliza, e aqui não há necessidade de aspas, como massa de manobra. Não se pode minimizar, em nome de nenhuma «união nacional»; de nenhuma «cultura brasileira», o papel dos agentes internos desse processo de marginalização institucional, cultural, política, educacional. Neste sentido é que se precisa repensar o nacionalismo anterior, formulado como pedra-de-toque daquele projeto de «politização cultural». Numa palavra, é preciso rever o nacionalismo para se aprofundar a politização; curiosamente, diante da possibilidade de se constituir aqui uma «indústria cultural», o que se faz é, via de regra, avançar no sentido oposto, a ponto de se renegar a politização para que se «aprofunde» o nacionalismo.







A concepção alfandegária da cultura

O que significa, hoje, defender um «nacionalismo cultural» **strictu sensu?** Significa, sem delongas, aproveitar a oportunidade de se constituir aqui o processo de pasteurização da chamada indústria cultural. Se hoje somos «invadidos» pelos Kojaks, isso significa internalizar essa «invasão», transformar o seu processo de massificação em coisa nossa, **cosa nostra.** Significa postergar questões fundamentais – como o nível crítico das obras, da produção teórica – em nome de uma duvidosa «ocupação do mercado». Significa ter uma concepção alfandegária da cultura e uma concepção mercadológica da produção de cultura. Nada mais distante da constituição de uma cultura efetivamente nacional-popular, que satisfaça os interesses da nação, concebida aqui não apenas nem privilegiadamente em suas oposições externas, mas principalmente em suas contradições e tensões internas, onde se reflete **inclusive** o jogo de suas oposições externas.

«(...) é importante compreender que», escrevia recentemente o cineasta Gustavo Dahl, «em termos de cinema a ambição primeira de um País é um cinema que fale a sua língua, independentemente de um critério de maior ou menor qualidade comercial ou cultural. O espectador quer ver-se na tela de seus cinemas, reencontrar-se, decifrar-se. A imagem que surge é a imagem do mito de Narciso, que, vendo seu reflexo nas águas, descobre sua identidade. A ligação entre uma tela de cinema na qual é projetada uma luz, que se reflete sobre o rosto do espectador, à idéia de espelho, espelho das águas, espelho de uma nacionalidade, é uma idéia que está

implícita num conceito de cinema nacional». Mais adiante: «Para que o País tenha um cinema que fale a sua língua é indispensável que ele conheça o terreno onde essa linguagem vai se exercitar. Esse terreno é realmente o seu mercado. Nesse sentido explícito, é válido dizer que «mercado é cultura», ou seja, que o mercado cinematográfico brasileiro é, objetivamente, a forma mais simples da cultura cinematográfica brasileira.

O consumo é uma experiência de fruição. A cultura é uma reflexão, é a fruição da reflexão (...)» (8).

Não é possível menosprezar a importância que tem, para o cinema brasileiro, ou para qualquer forma de produção cultural, a conquista do mercado mais amplo possível. Também não é possível menosprezar a importância que tem, para o artista brasileiro, assegurar seu «mercado de trabalho». Mas o detalhe fundamental na citação acima é a operação de subtração que se faz em nome dessa conquista «nacionalista». Sacrifica-se, «taticamente», a «qualidade» em função da «ocupação». Nem se precisaria dizer «qualidade comercial **ou** cultural», já que esta é uma oposição que o próprio seguir do texto não sustenta. Na raiz, na sua forma mais «simples», cultura se identifica com mercado. A produção cultural, com suas múltiplas e inerentes contradições, torna-se um jogo de cartas marcadas: joga-se a politização no bagaço, o coringa, que preenche as lacunas com uma justificativa ideológica, é o nacionalismo, e o trunfo é o mercado. Por este rumo chega-se a uma «democratização da cultura» devidamente aspada, falsa, burlesca. O que demonstra cabalmente que, ao invés de se constatar paternalisticamente que «a cultura é a fruição da reflexão» é cada vez mais urgente desenvolver a reflexão sobre esta fruição. Transformar o fruidor de objeto em sujeito de fruição.

Separar «operacionalmente» mercado e qualidade não está muito longe daquele tipo de pensamento que, na área econômica, manda primeiro fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo. Esta «operacionalidade» viabiliza o desenvolvimento de uma noção de cultura nacional que marcha para a homogeneização. Diluem-se contradições latentes entre os diversos tipos de criadores, os diversos tipos de fruidores, os mecanismos intermediários entre ambos, onde não está apenas o distribuidor voltado para o cinema desimportante importado, mas também as verbas e as tesouras oficiais (a dupla face da proteção governamental), em nome de uma «cultura nacional», de um «cinema nacional», concebidos como uma apoteose narcisista que uniria todo esse coro de desafinados em gloriosa harmonia. É bom não esquecer que no mito, Narciso, enlevado pela auto-contemplação, não se identificou de fato. Numa versão, ele ficou eternamente correndo o mundo, em busca daquele jovem tão belo que ele vira uma vez. Noutra, mais soturna, ele mergulhou nas águas em que se via, de onde, segundo consta, nunca mais voltou.

A resistência do atabaque, tamborim e agogô

A esta concepção da cultura como uma «Sinfonia» onde se harmonizam contrários, é necessário opor permanentemente uma outra concepção, que veja a cultura e sua produção como aquilo que ela é: entrechoque de diferentes ângulos, em permanente contato e desencontro. Exemplifico novamente com um texto de Ferreira Gullar, em ensaio recentemente publicado. Ele parte de uma reflexão sobre **Os sertões** indagando por sua «autoria». Chega no seguinte:

«(...) a obra literária **Os sertões** é expressão, no nível da literatura, de um processo social e cultural específico. Não se trata de um fenômeno «puro»: nem a ideologia do Conselheiro é original nem a revolta de Canudos fornece todos os elementos para a realização da obra, pois a história cultural de Euclides também vem se juntar a eles. Não obstante, uma quantidade indeterminada de fatores que só a vida pode reunir determinaram os traços específicos de Canudos e, noutro nível, do livro **Os sertões.** Creio que é a partir desse ponto de vista que se pode falar de uma «cultura brasileira». Ela existe porque existe uma história que se desenrola dentro dos limites geográficos do País, sob condições econômicas, políticas, administrativas e culturais específicas. Ela tanto é produzida pelo povo analfabeto como pelas camadas alfabetizadas e pelas elites intelectuais, é um produto ideologicamente confuso e contraditório, marcado na maioria dos casos pela alienação cultural e política em que vivem as grandes massas populares, e não só elas. Portanto, se cultura brasileira não é sinônimo de «cultura da classe dominante», tampouco é sinônimo de «cultura revolucionária» ou «cultura nacional-popular» (9).

Ou seja: cultura (brasileira, no caso) é um espaço onde se medem diferentes projetos sociais, políticos e... culturais. É mais atrito do que sinfonia.

A esta visão dinâmica da cultura – como base para a constituição de uma cultura nacional-popular, se opõe uma outra, largamente difundida em meios que se consideram progressistas e críticos, que também se orgulha de seu caráter nacionalista. Para esta concepção, a «verdadeira cultura nacional» aparece como um refúgio, um bastão de resistência cercado de **mass media** por todos os lados, mas resistindo bravamente a golpes de atabaque, tamborim, surdo e agogô. Essa autêntica «gema» esconde-se no «coração do povo», que, por sua vez, habita, por exemplo, o morro carioca, o mercado nordestino, o rodeio sulino, todos definidos, no fundo, não por sua presença social de hoje, mas por seu caráter de «coisa pura», «incólume», «íntegra». Transforma-se o «popular» no imutável, no empedernido, do mesmo modo como nos tempos agrário-exportadores ele era transformado em «coisa erótica» e hoje as agências de turismo o transformam em cartão postal. Em nome do progresso da história faz-se o elogio do atraso; em nome da cultura nacional faz-se o elogio do paroquial, do provinciano. O «popular» fica transformado em cartão que nobilita a consciência de seu portador.

Esses «bolsões de pureza» são muito difíceis de se encontrar na realidade dos fatos. O mundo cultural das classes subalternas em seu caráter fragmentário e mesmo devido a ele (enquanto caracterizada por oposição a uma «cultura de elite»), está em permanente contato e contágio, assimilação e desencontro, com tudo aquilo que lhe vem via processo social de expansão e implantação capitalista, via meios de comunicação, via desenvolvimento urbano, via empresa rural, até mesmo via telégrafo e correio. Para este tipo de concepção termina sendo sinal de «morte» o cordel nordestino falar de Roberto e Erasmo Carlos, em lugar de Lampião e sua gente. Mas além de explorar temas consagrados, o cordel também não é notícia e atualidade? «Narrar o tempo» não é a função do poeta?

Desta concepção chega-se muito facilmente a um populismo mascarado de pensamento crítico. Empurra-se para «o povo» uma pureza idealizada que não é dele, que não corresponde a seus interesses reais, que não tem base histórica.

«Isso significa, em outras palavras, que os intelectuais brasileiros devem ser paladinos convictos e intransigentes da causa da democracia» (Florestan Fernandes, formatura de 1964 da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo).

A velha pergunta: o que fazer?

Resta a pergunta-chave: o que fazer? Aviar receitas, evidentemente, não. Sugiro três ordens de considerações, formuladas genericamente, que precisariam ser redimensionadas diante dos fenômenos concretos e cotidianos.

A primeira consideração aponta para se criar e manter um «lastro crítico» permanente, de diálogo e debate, que impeça a constituição de «mecanismos operacionais» que propiciem a suspensão do juízo crítico. Os fenômenos culturais atingem seus sujeitos de modo global: em sua experiência individual, enquanto cidadãos, e em nível filosófico. É na cultura que os indivíduos buscam o significado de suas vidas, a formulação de suas emoções. É através da cultura que uma coletividade se particulariza, não só diante das outras, mas perante si mesma, identificando quais são suas vozes, suas prováveis dissonâncias e suas possíveis consonâncias. É através da produção cultural que as experiências coletivas e individuais, particulares e singulares, se universalizam, passam a se medir pelo e a fazer parte, do patrimônio comum da humanidade, e não pela régua curta da experiência empírica. A operação também funciona no sentido inverso: através da produção cultural diversificada os conceitos universais se particularizam para interpretarem e ajudarem na transformação de coletividades determinadas; e dessa forma influem na vida individual de cada um. Através da cultura e desse jogo dialético a experimentação se transforma em praxis.

Em determinado momento, algum destes níveis pode guiar os demais. É perfeitamente cabível que em momento determinado a questão de como fazer a produção cultural chegar a seus sujeitos naturais prepondere pela urgência, pelo seu conteúdo de libertação de interesses alheios aos da coletividade. Mas para que este objetivo se cumpra de fato, não se pode sacrificar os outros níveis, sob pena de se cair na farsa de uma cultura decapitada.

A segunda consideração envolve uma pequena cabriola. Implica em reconhecer que há espaço para uma atividade cultural de caráter crítico e radical. Se a ascenção e queda econômica da classe média trouxe para o horizonte a questão de uma indústria cultural, ela veio no bojo de profundas transformações por que passa a sociedade brasileira e que aguardam vez, e o revigoramento do movimento estudantil é sinal disso, de se expressarem a nível de articulação da sociedade civil. Ainda que atomizadas e por isso mesmo ainda alijadas da vida política da nação, as chamadas «grandes massas» chegaram no horizonte social brasileiro para ficar. Há espaço, portanto, para que se recusem esquemas de cooptação em nome de uma despolitização da vida cultural. E há espaço virtual para que se pense em fazer a crítica dessa despolitização da cultura de um ponto de vista muito mais amplo do que o de uma «aristocracia do espírito», que se auto-defina «vanguarda das luzes», uma reedição, em termos de alta sofisticação intelectual, do espírito paroquial. Esta é a cabriola exigida: fugir da dicotomia fatalista e preconceituosa entre profundidade crítica e divulgação, que só serve aos donos do poder. Se não é possível ainda, em muitas frentes, pensar em produzir para grandes contingentes da população, é perfeitamente possível produzir para que os sujeitos dessa produção se sintam parte de uma nação, e não parte de uma paróquia, seja ela geográfica, social, lingüística.

A terceira, por fim, envolve um salto mortal. Num de seus escritos, assinala Antônio Gramsci: «o fundamento de toda a atividade crítica, portanto, deve se basear na capacidade de descobrir a distinção e as diferenças por baixo de toda superficial e aparente uniformidade, bem como a unidade essencial por baixo de qualquer aparente e superficial contraste e diferenciação». Diante do presente brasileiro, isso significa rejeitar todas as tentativas de se propor, via cultura, um amalgamento anódino de contrários; de, em nome de um «nacionalismo cultural», nivelados pelo alto e pela rama, se diminuirem diferenças sociais decisivas. Envolve também, como contrapartida necessária, o salto sobre os preconceitos consagrados e sobre uma política cultural que de fato separam o «intelectual» e o «popular» em campos opostos e estanques.

«Nesse ponto», escreveu recentemente Carlos Nelson Coutinho, «a questão cultural desemboca numa questão mais ampla: a da construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco de forças efetivamente democrático, efetivamente «nacional-popular». (10). Que não haja ilusões: este salto será sempre o alvo onde as forças do obscurantismo golpearão com mais vigor e pertinácia. Mas é a partir deste ponto de chegada e de partida que a questão de uma cultura nacional-popular vence os estreitos marcos daquele nacionalismo endividado, ou do nacionalismo petrificante, e passa a ser um desafio e uma resposta aos processos anti-democráticos de massificação.

---

(1) Ferreira Gullar – **Cultura posta em questão.** Rio, Civilização Brasileira, 1965.
– **Vanguarda e subdesenvolvimento.** Rio, Civilização Brasileira,.

(2) em **Cultura posta em questão.**

(3) Para os objetivos deste ensaio este rápido escopo do que é nacional-popular para Gramsci é suficiente, uma vez que dá conta do que é fundamental.

(4) Grifo meu. Vale ressaltar que em **Vanguarda e subdesenvolvimento,** Gullar aprofunda bastante o tema das relações entre Imperialismo, cultura e expectativa cultural dentro de uma nação subdesenvolvida. Este jogo entre «velho» e «novo», que marcava o pensamento nacionalista dos anos 50, lá se transforma num verdadeiro círculo do absurdo. O Imperialismo aparece como o patrocinador do velho e do novo, da convivência entre ambos. Ele é o velho, que detém a propriedade do novo. Numa imagem aguda, Gullar dirá que estamos «condenados a civilização».

(5) V. Walnice Nogueira Galvão – «MMPB: uma análise ideológica», em **a Parte** nº 2. São Paulo, TUSP, maio./junho 1968.

(6) O que remete para a revisão da generosidade da régua com que se media a possibilidade de uma «frente nacionalista» contra o inimigo externo e seus atrasados aliados internos; em outra vertente, paralela e dominante, a revisão radical do desenho de uma «união nacional» em torno do projeto de desenvolvimento e modernização do País, patrocinada dentro dos marcos do estilo populista.

(7) em **Cultura posta em questão.**

(8) Gustavo Dahl – «Mercado é cultura», em **Cultura** ano 6, nº 24. Brasília, MEC, janeiro/março 1977. Os exemplos de uma concepção mercadológica da cultura se multiplicam. Gravitam particularmente em torno do cinema, da telenovela, um pouco em torno dos quadrinhos, outro tanto no que se refere a literatura e terreno editorial.

(9) Ferreira Gullar – «Considerações em torno do conceito de cultura brasileira», em **Escrita/Ensaio** nº 1. São Paulo, Vertente Editora Ltda., 1977.

(10) «Notas sobre a questão cultural no Brasil», em **Escrita/Ensaio** acima cit.

SUCESSÃO

O CANDIDATO MAGALHÃES

JOÃO BATISTA MARES GUIA e FLAMÍNIO FANTINI

O folclore da política mineira registra que a preocupação obsessiva de José de Magalhães Pinto em alcançar a Presidência da República deve ser atribuída a uma promessa feita a senhora sua mãe, dona Maricota, há mais de 30 anos.

Em meio a uma promissora carreira como empresário do mundo financeiro, em 1943, ele teve de se demitir do Banco da Lavoura, por ter assinado o célebre Manifesto dos Mineiros contra a Ditadura Vargas. Vítima da represália, com outros 87 signatários, Magalhães teria desabafado nos ombros de Dona Maricota: «Mãe, eu não nasci para ser bancário, nasci para ser Presidente da República».

O atual senador arenista, ex-governador de Minas, deputado constituinte em 1946, ex-ministro das relações exteriores, fundador de um dos maiores bancos do País, e o deflagrador do Movimento Militar de 1964 estaria agora empenhadíssimo em cumprir essa promessa, principalmente porque já começa a beirar a casa dos 70 anos.

Seja como for, o certo é que o inspirador da frase «o mineiro trabalha em silêncio» virou notícia de grande destaque como «alternativa civil» no intrincado processo de sucessão presidencial:

O jornalista Carlos Castello Branco, em sua coluna do **Jornal do Brasil,** relatou que Magalhães Pinto e o Ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, da Previdência Social, travaram o seguinte diálogo, recentemente:

Magalhães – Ministro, o senhor levaria um recado meu ao presidente Ernesto Geisel?

Nascimento – Com o maior prazer.

Magalhães – Peça a ele que examine a minha candidatura à Presidência, a única capaz de unir civis e militares.

Dias depois, à saída do Jockey Clube do Rio de Janeiro, reencontram-se o Senador e o Ministro:

Magalhães: Qual foi a reação do Presidente?

Nascimento: Ele ouviu e perguntou – «Mas ele disse isso mesmo?» Eu disse que sim e o Presidente riu.

Magalhães: Fico muito satisfeito que o Presidente tenha rido, mas gostaria que o senhor lhe transmitisse outro recado. Diga a ele que estou falando sério, não estou brincando.

A candidatura Magalhães vem recebendo adesões de todos os cantos e áreas, até mesmo dentro do MDB, chegando à proeza de conciliar alguns grupos de pessedistas e udenistas mineiros, seculares adversários políticos.

O argumento a justificar o apoio é que diante das candidaturas militares postas em jogo – os generais João Batista Figueiredo, Silvio Frota e Dilermando Gomes Monteiro, respectivamente, chefe do SNI, Ministro do Exército e chefe do II Exército de São Paulo – o único civil com estatura política de alcance nacional é Magalhães Pinto, pela sua identificação umbilical com o Movimento de Março de 1964 e sua trajetória impecável de serviços nestes 13 anos ao sistema.

Alguns vão mais além, como um grupo de escritores mineiros, que esboçaram a articulação de um manifesto «pedindo a volta dos militares ao quartel» e apoiando abertamente o Senador: «o momento é de pragmatismo e de nada adianta apoiar um candidato da Oposição. É ingênuo e romântico que esse apoio seja dado a outra pessoa que não o ex-governador de Minas», disse um dos escritores. escritores.

Até mesmo o antecessor de Geisel, general Garrastazu Médici, reconhece as potencialidades de Magalhães: «se a sucessão for para um civil, ninguém tem mais credenciais que o Sr. para pleitear», teria declarado o ex-presidente, embora isso não significasse seu apoio ao ex-governador de Minas.

Um lance chave neste xadrez sucessório ocorreu no final do ano passado, quando a revista Visão concedeu a Magalhães Pinto, o título de HOMEM DE VISÃO DE 1976, um troféu que desde 1955 vem agraciando personalidades de destaque na área empresarial como Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos, Antônio Gallotti e Eugênio Gudin. A cerimônia de entrega do prêmio foi uma autêntica mobilização de empresários, Ministros de Estado, políticos, administradores públicos, militares, embaixadores. A reportagem da revista Visão descreveu-a assim: «pelo número de personalidades que reuniu e pelo elevado comparecimento de convidados que registrou, a festa em homenagem ao Senador Magalhães Pinto foi considerada a mais expressiva de quantas se realizaram em vinte anos».

O discurso principal da noitada foi o de Henry Maksoud, presidente do grupo VISÃO e um dos empresários mais dedicados a campanha anti-estatização que setores da burguesia vem movendo há alguns anos. Ele exortou o empresariado «a abandonar a atitude de alheamento em relação às questões políticas e econômicas fundamentais que envolvem a Nação» e seguir o exemplo de um Magalhães Pinto que «engrenou a sua própria vida aos mecanismos da vida nacional, integrando-se plenamente no mundo dos negócios e na vida política. Em ambos os setores sempre foi homem de iniciativas, rasgou horizontes, esteve à frente dos acontecimentos, adiante do seu tempo».

Maksoud criticou «a posição de indiferentismo ideológico em que vive a maioria dos empreários», um dos «graves males que afetam a atual sociedade brasileira»: «por comodismo ou conveniência, a maioria desses homens acomoda-se nos limites acanhados do seu mundo de interesses, afastando-se completamente da área política, aceitando complacentemente quaisquer determinações, mesmo as tomadas à revelia dos princípios constitucionais e que influem nos rumos a serem seguidos pela nação».

O pronunciamento de saudação coube ao Homem de Visão de 1975, Renato Costa Lima, que salientou que os empresários esperavam de Magalhães duas coisas. A primeira, «que se valha de sua imensa autoridade moral e de sua palavra sempre respeitada para defender os valores espirituais que são a seiva da formação do povo deste País, proporcionando-lhe condições de praticar e aperfeiçoar um regime político que combine a pluralidade partidária com o reconhecimento e a observância das liberdades públicas e das garantias individuais, que são o apanágio da pessoa humana». A segunda, que o líder da iniciativa privada, que é Magalhães, «se oponha ao avanço das tendências estatizantes que assolam a economia nacional».

O refrão da necessidade de participação política do empresariado foi ouvido com muita insistência neste primeiro semestre, chegando mesmo em fevereiro a desaguar no episódio da queda do Ministro Severo Gomes, pouco depois que José Papa Jr., Presidente da Federação do Comércio de São Paulo, andou chamando o regime de «espúrio».







SUCESSÃO

Quatro virtudes e

Embora só muito recentemente tenha rompido a casca, a candidatura Magalhães Pinto vem sendo chocada há pelo menos três anos, como reconhecem os colaradores mais próximos do ex-governador de Minas. Comenta-se em Brasília, que hoje no País existem quatro grandes comitês de sucessão presidencial: o Palácio do Planalto, o SNI, o gabinete do Ministro do Exército, e... o Banco Nacional S.A., fundado por Magalhães ainda nos tempos da ditadura Vargas.

Qualquer prognóstico que hoje se faça sobre os rumos da vida política brasileira esbarra na adivinhação. Há um cipoal de fatos e boatos, impenetrável pela certeza. No entanto, o entendimento do sentido da candidatura Magalhães já é decifrável neste emaranhado. Descobrir este sentido é pôr a nu o segredo e a intimidade do poder político-militar imposto aos trabalhadores e ao povo brasileiro em geral, através da contra-revolução permanente de 1964.

Magalhães justificou sua candidatura como sendo a única capaz de unir civis e militares, em meio a um debate sucessório em que começa ganhar corpo a proposição de «volta aos quartéis», não só entre os «civis», mas entre os próprios militares, como expressam muito bem as cartas e declarações veiculadas pela grande imprensa nas últimas semanas (ver matéria anexa).

Disso resulta a impressão de que a luta pela democracia no País resume-se a luta por um civil no lugar de Geisel, como querem fazer crer todos aqueles que simpatizam, em maior ou menor grau, com um Magalhães no Palácio do Planalto. Ou quem sabe até mesmo um Aureliano Chaves, outro nome mineiro badalado nessa disputa. Entretanto, o fundamental é esclarecer quais as forças sociais que articulam e apoiam candidaturas deste tipo e que civis se quer unir entre si e aos militares. Aí sim,se chega ao fundo da questão, onde se encontra o segredo da campanha «civilista» de 77.

I – O CONTEXTO DA CANDIDATURA MAGALHÃES

O general João Batista de Figueiredo, ministro-chefe do SNI, é candidato à sucessão de Geisel; o general Sylvio Frota, Ministro do Exército, também está no páreo; o General Dilermando Monteiro, Comandante do IIº Exército, com sede em São Paulo, é outro dos «presidenciáveis» e parece ser o candidato de Geisel, preferência todavia não declarada pelo general-presidente.

O que mais se fala em Brasília é a formação de «chapas». Figueiredo na presidência, e Dilermando na vice, poderia ser o mal menor conforme a predileção de Geisel, que talvez preferisse a dobradinha Dilermando-Ney Braga, sem a concorrência de qualquer outra candidatura. Geisel tem se exercitado como o primeiro generalíssimo da contra-revolução. No entanto, não pôde impedir que a luta pela sucessão vazasse o círculo fechado dos Altos Comandos Militares, a despeito de ter sob seu controle posições de poder para impor um esquema de sucessão mais afinado com o seu esquema de governo.

Ney Braga está fora de cogitações. O comitê eleitoral do Ministério da Educação reorientou o rumo de suas pretensões em direção ao Paraná. Ney Braga poderá ser o próximo governador deste Estado, desde que sob o manto protetor das eleições indiretas. Figueiredo tem a seu favor a máquina nacional do SNI, uma espécie de cabo eleitoral às avessas, porque serve para complicar as candidaturas concorrentes. Não é pouca coisa. Ele tem mais: o apoio do chamado grupo Médici, capitaneado pelo ex-presidente e pelo ex-super-Ministro Delfim Neto, especialista em mentiras oficiais sobre a inflação. Delfim seria o cabo eleitoral de Figueiredo junto ao grande capital. Com ele espera-se renascer a esperança de mais um «milagre» econômico. (Sai de baixo gente, e que Deus nos tenha).


Frota


Figueiredo


Dilermando

Frota, por seu lado, teria convidado Magalhães para compor com ele a dobradinha militar-civil. Frota na presidência e Magalhães na vice. Essa articulação marcaria sobre a outra (Figueiredo-Dilermando) a vantagem política de se apresentar como dobradinha militar-civil, e, portanto, de «unidade». Brasília é uma central de fatos e boatos. Todas estas são «notícias» de lá.

COLAPSO DO «SISTEMA» MILITAR?

O fato é que a malha da sucessão está sendo tecida a quatro mãos. Ela começa a deixar de ser estritamente militar. Conforme é sabido, desde a convulsionada sucessão de Costa e Silva, arbitrada por uma Junta Militar provisória que na verdade atuou como tribunal eleitoral militar, os militares estabeleceram entre si o esquema de convivência política conhecido como **«sistema»**. As regras que o articulam são muito simples:

1 – a disciplina e o acatamento ao princípio da chefia hierárquica são erigidos ou reafirmados como a mais sagrada virtude militar, em contraposição às pretensões do Movimento dos Capitães, que a partir de julho de 1968 e sob a liderança do coronel Boaventura, reivindicava a institucionalização do princípio da chefia hierárquica acompanhado da capacidade de liderança política;
2 – é estabelecido que apenas o general de 4 estrelas pode ser presidente da República; que a sucessão será decidida pelo Alto Comando das Forças Armadas, constituído apenas pelos oficiais-generais de mais elevada graduação, plenário no qual efetivamente o Alto Comando do Exército é o núcleo de decisão;
3 – é estabelecido que o presidente da República decidirá sobre as promoções de oficiais, ouvidos os Altos Comandos, sendo aquele soberano para decidir;
4 – finalmente, é baixado o AI-17, cujo objetivo é punir a «subversão» no meio militar e resguardar a unidade das Forças Armadas através da exclusão da vida militar ativa daqueles que desobedecerem as regras de solidariedade do «sistema». O coronel Boaventura, o mesmo que recentemente redigiu uma carta propondo a volta dos militares aos quartéis, foi o primeiro punido pelo AI-17.

No entanto, estão postas e contrapostas as candidaturas dos generais Figueiredo e Frota. Isto é um indicador de colapso do «sistema» militar que se não puder ser recomposto, terá que ceder a um pacto de natureza diversa. Se for assim, certamente passará a ser um pacto político-militar no sentido literal civil-militar. E isto significará que a burguesia voltará a fazer política em seu próprio nome, reclamando para si o controle direto do governo e particularmente a gestão direta da política econômica e financeira.

Figueiredo e Frota não assumiram as suas virtuais candidaturas. Em dezembro de 76, falando para os oficiais generais das três armas, Geisel estabeleceu as regras da sucessão: só a partir de janeiro de 78 é que se deveria falar do assunto, e mesmo assim sob a sua batuta. Advertência vã, pois aí estão dois generais e duas candidaturas. Humberto Barreto, presidente da Caixa Econômica Federal, que Geisel tem como afilhado, lançou o nome de Figueiredo, não por sua conta e risco, certamente, mas como representante qualificado (embora oficioso) dos olhos, ouvidos e da vontade do Palácio do Planalto. Qualquer outra candidatura militar estabelecerá a divisão, e com isto o general-presidente se assegura o controle da sucessão.

A manobra executada por Barreto parece ser a mais adequada para a fase dos «bois de piranha», que são lançados para serem expostos à queimação política. Se for assim, Geisel apareceria como «pacificador» e responsável pela recomposição do «sistema», impondo o seu próprio candidato. Dilermando? Quem sabe?

A CRISE DOS ANOS 73-77

A sucessão 77-78 tem mais uma característica que foge às regras. Magalhães é candidato, e aconselhou Geisel a levar a pretensão dele a sério. Em que contexto surge essa candidatura, que já se impôs como fato, provavelmente irreversível? Basta alinhavar alguns pontos para compor o quadro político dessa candidatura civil:

1 – a contra-revolução de 1964 já dura 13 anos e não obteve legitimação política, isto é, o regime está isolado política e socialmente e não tem capacidade política e institucional para impor a sua vontade com base no consenso. Os apelos que faz são seletivos, dirigindo-se a camadas médias e setores oposicionistas liberais, e sem resultados compensadores;
2 – o regime político-militar nasceu sob o signo de uma crise permanente, pois implantou-se para impor através do Estado os interesses do capital monopolista internacional, associado e nacional (estatal e privado), o que requeria, desde o início, a militarização da política estatal (a forma militar de governo), única capaz de garantir a desmobilização e a desorganização política permanente dos trabalhadores da cidade e do campo e demais classes e camadas sociais oprimidas. Assim, o pacto coroa-bolsa (militares-burguesia) excluiu da vida política nacional as poucas liberdades democráticas que havia durante o governo Goulart;
3 – durante os anos do «milagre» (68 a 73) as diversas frações da burguesia e o imperialismo não se opuseram a que o Estado e o governo ficassem sob a direção direta e quase exclusiva de militares e tecnocratas, que asseguravam a realização dos interesses do grande capital ao mesmo tempo em que a burguesia abria mão da participação direta no governo, a não ser nos Ministérios da chamada área econômica e financeira. O fato é que a burguesia desorganizou-se politicamente dando chance ao Exército de assumir o papel de partido político da ordem. Em 1973 o «milagre» entra em colapso, e começa a briga. As contradições políticas não se manifestam desde então apenas entre o regime e as oposições (MDB, igreja, movimento estudantil etc.). Após 5 anos de «paz de cemitério» entre as frações do grande capital e o governo, durante os quais o governo acostumou-se ao ofício de coveiro das oposições, a bolsa se volta contra a coroa, não para tomá-la de assalto e reclamar o seu direito ao trono, mas para alertar os sócios de que havia insatisfação na bolsa. Não em toda ela, pois o capital financeiro internacional e o capital bancário nacional, inclusive o Banco Nacional S.A. de propriedade do Senador Magalhães Pinto, e outros setores do grande capital, muito têm ganho com a crise do «milagre».

Na presente conjuntura – considerando o período inicial da crise do «milagre» até nossos dias – conjugam-se a crise permanente – burguesia versus trabalhadores – e a crise do «milagre». No entanto, esta é também e necessariamente uma crise política, que tem se expressado através de mais vertentes ou determinações: o fim da «paz de cemitério» da burguesia ou o «rebu» político do regime; e a crescente articulação política das oposições ou a luta pela democracia.

O «REBU» POLÍTICO DO REGIME

Durante o «milagre» o Estado garantiu o Eldorado brasileiro para o

um pecado mortal

capital monopolista a altas taxas de exploração dos trabalhadores e de opressão sobre o povo em sua totalidade. Isto continua nos dias de hoje, desde logo. O Estado intervia na economia: realizava todos os investimentos em infra-estrutura e produção de insumos básicos; repassava capital-dinheiro diretamente do Estado para o capital privado, e a fundo perdido; estimulava a especulação financeira; concedia incentivos de toda natureza; doava partes imensas do território ao capital monopolista agrário; fazia capitalistas da noite para o dia, criados e tutelados no Estado como «plantas de estufa»; mantinha o «arrocho» e a super-exploração do trabalho e, obviamente, a «ordem pública». tudo isto continua, apenas diminuiu o ritmo de crescimento da economia. Nos tempos do «milagre» a burguesia, em coro, cantava as glórias da democracia brasileira: ela crescia a 11% ao ano.

Vem a crise e ninguém, dentre as frações da burguesia, quer «pagar o pato». A dívida externa e a inflação impuseram para a burguesia a necessidade de medidas acauteladoras, recomendadas pelo próprio Banco Mundial. Adota-se a contenção do crédito e das inversões do setor público, acompanhadas de um esforço para exportar mais e importar menos. Quem iria administrar esse rebaixamento das taxas de crescimento econômico? O Estado, tutelado pelos militares e tecnocratas, de repente mal vistos no papel de «delegados» políticos. É nesse momento que surge a campanha anti-estatização, que, na realidade, tem um único sentido: dar início à articulação política da burguesia, a fim de que a ela se assegure o controle direto da política econômica e financeira e, mais que isto, para que ela possa realizar uma rapinagem a escala ampliada contra o setor estatal da economia. A Petrobrás era o alvo predileto. Nesse contexto os militares não são indesejáveis, pois eles garantem a «ordem pública», impedem as greves e dão eternidade ao arrocho salarial. É assim que a burguesia pensa. Politicamente, a questão é, então, encontrar-se um novo pacto de convivência entre a burguesia e os militares, e que o resto fique como está.

POR QUE MAGALHÃES NA PRESIDÊNCIA?

A candidatura Magalhães é plena de virtudes. Todas elas burguesas, desde logo, e desde logo adversas a democracia que interessa aos trabalhadores e ao povo em geral. Magalhães vê longe. É a mais astuta raposa da política burguesa no Brasil, não há dúvida. Sobreviveu politicamente aos generais-presidentes, e até fisicamente a Lacerda e Adhemar, que com ele encabeçaram a disputada «liderança civil» da contra-revolução de 1964. Hoje ele não tem concorrentes civis a Presidência, e dentre os civis talvez seja o único que exerce um certo fascínio sobre militares, capitalistas, tecnocratas, setores da intelectualidade, sobre a Arena e o MDB, ao mesmo tempo. Para ele se abrem generosamente os editoriais da grande imprensa e as capas das grandes revistas semanais.

O salto a frente para a presidência foi propiciado pela fraternidade do grande capital, que o escolheu «Homem de Visão de 76». Depois de 64, este talvez tenha sido o momento mais decisivo de articulação política da burguesia. Ela agora quer impor o seu candidato ao colégio eleitoral dos generais de 4 estrelas.

Nos dias de hoje, tantos quantos são os pecados que ameaçam a vigência do «desenvolvimento e da segurança, tantas também são as virtudes que ungem a candidatura do velho banqueiro».

VIRTUDE PRIMEIRA OU A BENDIÇÃO DO IMPERIALISMO

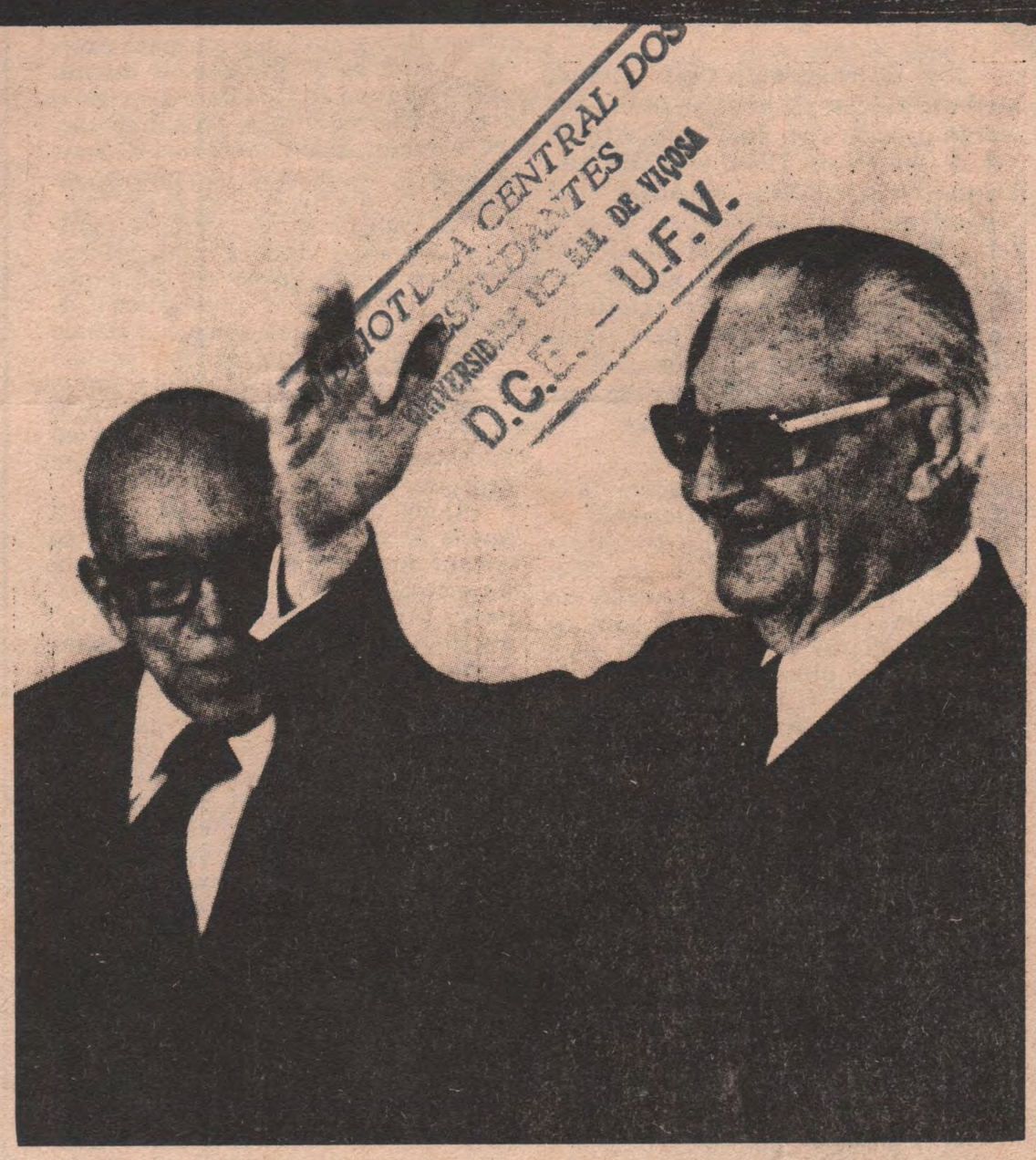
Magalhães foi um dos fundadores da UDN, em 1945, e presidiu esse partido em 1959. No período do governo Goulart, quando ele era governador de Minas, formou com Lacerda e Adhemar, que governavam os Estados da Guanabara e São Paulo, respectivamente, o tripé de governos estaduais «democráticos», conforme juízo feito pelo imperialismo norte-americano, que, então, contemplou o tripé com uma torrente de créditos e de «ajuda» através da Aliança para o Progresso. Magalhães articulou o golpe. Pois no período do governo Goulart a legalidade liberal-democrática passou a servir aos interesses populares, que através de meios democráticos lutavam para ampliar a própria legalidade burguesa. Esta passou a desservir os interesses das classes dominantes, e Magalhães, civil, conspirou militarmente para que as Forças Armadas suprimissem as liberdades democráticas.

A estratégia da conspiração político-militar de 64 previa a possibilidade de uma guerra civil. Se assim fosse, a contra-revolução faria de Minas Gerais a sua trincheira principal, sob a liderança de Magalhães. Naturalmente, o desenlace seria militar. Então, coube a PMMG articular a contra-revolução no Espírito Santo, tarefa que se bem desincumbida traria a solidariedade militar da PM local para a luta contra Jango. Por que o Espírito Santo? Porque através de Vitória o imperialismo sustentaria a contra-revolução entrincheirada em Minas, com petróleo, alimentos, armas e marines. Era o corredor Vitória-Belo Horizonte. A história já foi contada. Todos sabem que uma das frotas da Marinha de Guerra dos Estados Unidos esteve nas proximidades da costa do Espírito Santo nos dias do golpe de março de 64. Se houvesse guerra civil, a bandeira do imperialismo se chamaria Magalhães.

Treze anos depois, na ordem do dia não está a guerra civil, Magalhães mais uma vez é o candidato do imperialismo. A tática do imperialismo hoje para os países da periferia capitalista é a «estabilização» dos regimes autoritários, visando ampliar-lhes a faixa de adesão social e política.

VIRTUDE SEGUNDA: A PACIFICAÇÃO DA BURGUESIA COM O ESTADO

O grande capital quer certificar-se de que o Estado não vai agir como força política independente e que nem vai estatizar mais. Não importa se essa estatização é solidária com o capital monopolista. A burguesia queria «privatizar» até o BNDE e as Caixas Econômicas. Queria que o governo vendesse a Petrobrás para o imperialismo, e com o dinheiro saldar a dívida externa. «Privatização»: que bela bandeira a serviço do imperialismo, do capital bancário, do capital financeiro internacional, do capital monopolista em geral! No entanto, se não é possível chegar a tanto – pois o capitalismo no Brasil é tal que sem o Estado intervindo na economia ele entra em colapso –, pode-se pelo menos defender uma bandeira política de alas abertas ao capital estrangeiro e a monopolização da economia. É chover no molhado, pois outra coisa não têm feito os governos no pós-64. No entanto, Magalhães garante mais, e não é à toa que, escolhido «Homem de Visão 76», ouviu do empresário



Magalhães e Geisel

Renato Costa Lima o seguinte apelo: que ele, Magalhães, «líder da iniciativa privada», «se oponha ao avanço das tendências estatizantes que assolam a economia nacional».

VIRTUDE TERCEIRA; A PACIFICAÇÃO MILITAR

Com duas candidaturas militares postas e contrapostas, acompanhadas da desagradável companhia de insistentes apelos militares ao retorno das Forças Armadas aos quartéis, para que elas não se desgastem mais, é de se supor que Magalhães passa a encarnar a garantia do pacto entre a coroa e a bolsa, só que dessa vez os militares pagariam o preço de perderem o trono para um «príncipe» civil.

VIRTUDE QUARTA: O ACALANTO PARA OS LIBERAIS

Hoje o MDB bloqueia o avanço das lutas das oposições pelas liberdades democráticas. A imensa maioria do MDB está formada por políticos de convicções autoritárias, mediocridades que agem fisiologicamente e um grande número de políticos liberais que não assumem plenamente a luta por liberdades democráticas, e nem sequer o programa do partido, e estão sempre dispostos a marchar com a distenção. Magalhães é a distenção. Ele é o acalanto para a oposição liberal, para todos os que acham que democracia é igual a «institucionalização jurídica», a mesma que Magalhães promete que fará, se for presidente.

O que mudaria com Magalhães? Ele defende a supressão do AI-5, que seria substituído pela inclusão na Constituição de instrumentos jurídicos que assegurem a defesa permanente do Estado. Traduzido em miúdos: é o próprio AI-5 erigido a categoria de artigo constitucional. De resto, quem vai decidir isto? Os militares, Magalhães é o que eles representam, secundados pela genuflexão parlamentar da Arena e do MDB, impressionados com a presença de um civil na Presidência. Esta é a Constituinte da «distensão», que não altera essencialmente o regime autoritário. Em seguida, promete Magalhães, haverá reforma do quadro partidário. Quem fará esse reforma? O que significam reformas institucionais sem a vigência de liberdades democráticas? Por acaso já se ouviu alguma vez Magalhães combater o arrocho salarial, ou defender a livre organização político-partidária e sindical ou a anistia plena? Magalhães também fala em Constituinte. Sem dúvida a fará, após consultar as conveniências do plenário que foi aplaudi-lo, quando ele recebeu o título de «Homem de Visão de 76».

A candidatura Magalhães tem mais essa virtude: atrair para o campo do regime autoritário a adesão da oposição liberal e, com isto, tentar dividir as oposições e, então, despejar «seletivamente» o «braço militar» replegado aos quartéis (mas nem tanto) sobre a cabeça das oposições mais conseqüentes, ou seja, aquelas que levam a luta pela democracia até o fim, sem dar crédito a acalantos.

As classes dominantes necessitam da legitimação do regime. Por que? Para tentarem deter o avanço da luta de classes e a organização independente das oposições mais conseqüentes, impedindo que se forme no País uma «frente democrática» na qual os trabalhadores possam assumir a direção política e ideológica. Nesse sentido, a candidatura Magalhães e o reconhecimento por parte da burguesia de que existe hoje no País a retomada política da luta pela democracia e que, nesse contexto, a hora e a vez dos trabalhadores deve ser adiada ao máximo.

Magalhães é um virtuoso. Ele tem apenas um pecado mortal: o desprezo total pelos trabalhadores e a insensibilidade ante a exploração e a opressão que ele tenta tão bem ocultar com as suas raposíssimas maneiras «mineiras». De qualquer modo, nos dias de hoje ainda é dele o reino dos céus.

SUCESSÃO

Quarenta anos sem derrotas

José de Magalhães Pinto passou, definitivamente, à história brasileira como o *chefe civil* do Movimento de 31 de março de 1964, episódio que depôs o presidente constitucional João Goulart e instituiu pela força o que recentemente foi denominado pelo Ministro Armando Falcão, da Justiça, de «democracia relativa», que, trocando em miúdos, deve significar «democracia sem o povo».

Na época, Magalhães era governador do Estado.

Num depoimento prestado ao historiador Hélio Silva, ele relembra os momentos decisivos, que contaram com sua participação direta, em 1964: «assim, a 28 de março, reunido no aeroporto de Juiz de Fora com os chefes militares e auxiliares de meu governo, na presença do marechal Odilio Denys, (...), determinamos a data de 31 de março para o início da Revolução. E no mesmo dia 28, autorizei, desde logo o comandante da Polícia Militar, Cel. José Geraldo de Oliveira, que colocasse os seus vinte mil homens em condições de iniciar a luta do dia 31, ao lado das unidades federais. Com precisão profissional, esse oficial,que se esmerara no preparo técnico e cívico da corporação, executou os planos pré-fixados, pois o Estado, com a unidade militar assegurada sob o comando dos Generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes, estava preparado para deflagrar o movimento de março».

A inspiração golpista começara muito antes, conforme ele próprio narra: «na verdade, desde os idos de agosto de 1961, a posse do vice-presidente João Goulart, considerada inviável pelos chefes militares, e por um grupo de líderes políticos reunidos (...) no mesmo dia da renúncia de Jânio Quadros, pareceu-me uma temeridade para as instituições do País. Julguei porém, imaturo – e os fatos me deram razão – contestá-la pelas armas naquele primeiro momento, pelo risco de uma guerra civil que ensangüentaria a nação, e pela falta de conscientização da opinião popular sobre o problema».

Ano passado, quando a data comemorou 12 anos, Magalhães sintetizou sua visão sobre o significado do Movimento para a vida do País, da seguinte maneira: «o espírito de 1964 foi afirmar na mesma linha dos movimentos de 1930 e 1945, o grande projeto da sociedade brasileira: o debate democrático, a ordem com liberdade, a justiça social, a segurança e o desenvolvimento, com o banimento dos radicalismos».

A atuação como conspirador destacado e um dos líderes das forças conservadoras em 1964 é apenas o ápice de uma carreira que hoje alcança 40 anos de atuação.

Antes de completar 16 anos, o jovem Magalhães foi admitido por concurso como escriturário, no Banco Hipotecário. Pouco depois é chamado para o Banco da Lavoura, para exercer a função de gerente, e institui uma iniciativa ousada para a época: o crédito pessoal. Cinco anos mais tarde já é diretor do banco. Aos 29 anos preside a Associação Comercial de Minas.

Em 1943, em contato com a oposição liberal à ditadura, Magalhães subscreve o Manifesto dos Mineiros, o que lhe custa a perseguição de Getúlio Vargas, que ameaça o Banco da Lavoura de intervenção se não demití-lo. Deixa a instituição e funda em 1944, o Banco Nacional, hoje o quarto maior do setor privado no País, com 10,1 bilhões de cruzeiros em depósitos até julho último.

Ajuda a fundar a UDN, após a queda da ditadura Vargas e elege-se constituinte em 1946. No ano seguinte foi secretário da Fazenda do Governador Milton Campos. Nas legislaturas de 1950, 1954 e 1958, Magalhães reelege-se para a Câmara dos Deputados. Em 1959 chega à Presidência da UDN e comanda as articulações que visam à escolha de Jânio Quadros para suceder o presidente Juscelino Kubitscheck. Magalhães expressa bem a ideologia do partido a que esteve visceralmente ligado: prega o jurisdicismo liberal, mas pratica o autoritarismo, particularmente, quando as massas populares se organizam e representam uma ameaça; do «liberalismo» para o apelo as armas, a distância é muito curta.

Surge como candidato natural ao Palácio da Liberdade em 1969 e consegue derrotar o PSD, depois de duas gestões consecutivas a de Kubitscheck e a de Bias Fortes. Em 1966, deixa o cargo de governador e é eleito novamente para a Câmara dos Deputados, de onde o Marechal Costa e Silva vai buscá-lo para ocupar o Ministério das Relações Exteriores. Nesta pasta, o chanceler cumpre um programa de ação internacional bastante consoante com o «milagre brasileiro» que começava a se implantar: é a Diplomacia para a Prosperidade, nome pomposo que significou a transformação do Itamaraty em uma grande agência de atração do capital estrangeiro para o «desenvolvimento nacional».

E, finalmente, em 1970, na renovação das duas cadeiras de Minas, ao Senado, Magalhães se apresenta junto com Gustavo Capanema, pela legenda da ARENA, contra Camilo Nogueira da Gama, do MDB. Neste pleito, ele consegue sua mais expressiva votação: 1,8 milhão de votos. Por unanimidade, foi escolhido presidente do Senado, em 1975.

José de Magalhães Pinto leva fama de nunca ter sido derrotado em seus 40 anos de carreira política.

Xororó

À moda do ex-presidente Juscelino Kubitscheck, o senador Magalhães Pinto foi recepcionado no último dia 12 em Belo Horizonte com uma serenata e «xororó», uma galinhada especial. Esta foi a forma encontrada por José Góes – tradicional anfitrião e fotógrafo de personalidades políticas e figuras do soçaite belo-horizontino –, para prestigiar e, porque não, badalar Magalhães, que se lançou como candidato civil para a Presidência da República.

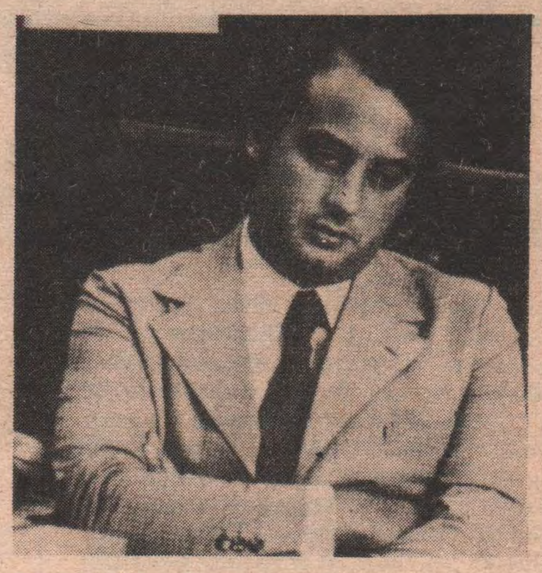
Macaco velho, Magalhães não se fez de rogado; foi lá, deu sua badalada junto a seu principal reduto político e chegou até mesmo a ser chamado de «Presidente» por diversas das 200 pessoas presentes ao ser cumprimentado e, aproveitando o ensejo, reafirmou sua disposição de se colocar como candidato à presidência, anunciando, inclusive, que já conta com o apoio da direção nacional do Partido Democrático Republicano (PDR), ainda em formação.

Rodeado por puxa-sacos notórios e velhos amigos, Magalhães chegou a dedilhar com dificuldade o violão prá fazer média, a pedido dos fotógrafos, embora não toque coisa nenhuma.

Lá estiveram presentes políticos de alguns Estados brasileiros, empresários e até a miss Brasil-75, Ingrid Bundeg. Como bobo da corte o deputado federal por Minas, Nelson Thibau, desempenhou bem seu papel pela noite afora, já que estava ali justamente para isso, a convite de Magalhães. Embora seja do MDB, ele aproveitava a badalação para lançar slogans tipo «estamos com unhas e dentes com Magalhães para Presidente», enquanto afirmava que estava de olho gordo na vaga de Magalhães no Senado, caso seja indicado para a Presidência. Sem papas na língua e dizendo-se eterno aliado do Senador, Thibau afirmava que o ideal mesmo seria a indicação de Magalhães para a Presidência e ele – Thibau – prá vice.

(A.M)

Algo no ar, além do zumbido do besouro



Papa Júnior

Para o deputado Zezinho Bonifácio, líder da ARENA na Câmara Federal, o momento político do País está absolutamente tranqüilo: «o que se ouve por aí, que dá impressão de agitação, é puro zumbido de besouro – muito barulho e pouca expressão».

Entretanto, os fatos deste mês de agosto revelam que além da sempre suspeita opinião dessa velha raposa mineira, há algo no ar: as cartas, documentos, declarações reivindicando a volta dos militares aos quartéis e propondo alternativas para o impasse institucional.

No dia 2, o senador Jarbas Passarinho (Arena-PA), ex-ministro do Governo Costa e Silva e Médici e um dos mais ferrenhos defensores do Decreto-Lei 477, afirmou, após uma audiência com o general Ernesto Geisel, que «antevê e espera», o momento em que o poder «retorne ao campo civil, com o papel dos militares reduzidos». Para ele, «estamos chegando a esse ponto de maturação, quando a intervenção militar saneadora se esgota e há o retorno às bases». Observou ainda que a mútua incompreensão existente entre militares e civis vem trazendo sérios prejuízos para toda a Nação.

No dia seguinte, discretamente, a seção de cartas do JORNAL DO BRASIL apresentou um curto texto assinado pelo Ministro Brigadeiro Gabriel Grun Moss, um documento que vem sendo citação freqüente em qualquer discussão sobre a conjuntura. «Mais do que nunca é chegada a hora da verdade», assinalava o ex-Ministro da Aeronáutica do curto mandato presidencial de Jânio Quadros e figura de destaque nos agitados dias de agosto e setembro de 1961, quando um grupo de militares tentou impedir a posse de João Goulart, em substituição a Jânio, que renunciara. Continua o Brigadeiro: «Decorridos que já são 13 anos, temos que admitir que já é tempo mais que suficiente para que a revolução se tenha imposto». Reafirmando-se um «revolucionário de primeira hora» em 1964, ele concluiu que «a hora é de mudar: o País necessita retornar ao pleno estado de direito».

No dia 4 de agosto, cerca de dois mil empresários, a grande maioria paulistas, compareceram à noite à sede social do Jóquei Clube de São Paulo, para participar da homenagem ao Presidente da Federação do Comércio, José Papa Jr., agraciado com o título de «Comerciante do Ano». Papa Jr. foi o pivô da crise política ministerial de fevereiro passado que culminou com a demissão de Severo Gomes, titular da pasta da Indústria e Comércio; ele havia reivindicado maior participação dos empresários na vida política nacional e criticado o regime como «espúrio». O comparecimento maciço,segundo alguns empresários presentes, teve duas finalidades: mostrar que a classe deseja a democracia (a democracia dos empresários, naturalmente) e o restabelecimento das garantias para a iniciativa privada; mostrar que há apoio às idéias defendidas por Papa Júnior, e repúdio ao isolamento que lhe foi imposto após suas declarações de fevereiro.

Mal a poeira havia assentado, a imprensa divulgou a existência de três cartas enviadas por militares a seus superiores. O teor de duas delas foi conhecido pouco depois.

O Coronel reformado Ruy Castro, identificado como membro da «linha dura», enviou aos 12 militares que compõem o Alto Comando do Exército, no mês de julho,uma receita para o País sair «do impasse político a que se chegou«: «convocação de uma assembléia nacional constituinte, eleita em pleito, flagrantemente livre e direto, sob a vigilância das Forças Armadas, que, livres, poderão atuar no excepcional se ele, por infelidade, novamente ocorrer». Para Ruy Castro, «o comprometimento político das Forças Armadas desgasta-lhe a imagem perante o povo, perturba-lhe a formação e o exercício de quadros, dos comandos e dos grandes comandos e afasta valores militares, fundamentais da estrutura hierárquica. O exercício do poder político, ou simplesmente o seu controle pelas Forças Armadas, tira-lhes a autoridade moral para atuação na segurança interna». E mais: «A opinião pública dá mostras de cansar-se do excepcional. A intelectualidade é constrangimento. A produção, enformes. O trabalho, silêncio. A universidade, alienação. E a vontade nacional ensaia clamores que, advindos, poderão desaguar crises incontroláveis, presentes, inclusive, interesses e meios alienígenos. (...) Não se esconda o sol, que a sombra só gera vermes».

O Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, em carta datada de 14 de julho e remetida a um general do Alto Comando, também foi taxativo: «Faz-se mister, então, a imediata retirada das Forças Armadas do papel de força política decisória para que possam exercer com plenitude, sua missão constitucional de defesa da Pátria e de garantia dos poderes constitucionais». Entre outras medidas para viabilizar a volta dos quartéis, o Coronel Boaventura, que foi transferido para a reserva, em 1969, «por suas atividades subversivas e de contestação ao governo da Revolução», propõe uma Constituinte, a reforma da lei dos partidos políticos no sentido de um pluralismo de agremiações «que, por suas plataformas e tendências, traduzem as tendências de ponderáveis parcelas da população brasileira». Além disso, defende a «institucionalização jurídica da Revolução e a concretização dos ideais democráticos de 1964».

Um estudo **reservado** da Escola Superior de Guerra realizado pelos estagiários e membros do corpo permanente, em 1972, veio à tona também. Nele aparece um modelo de regime, calcado numa série de conferências da qual participaram Afonso Arinos, Daniel Krieger, Célio Borja, Seabra Fagundes e Roberto Campos; são três os princípios indispensáveis: garantia dos direitos e liberdades individuais, independência e harmonia dos poderes e autenticidade da representação política, entendido como tal, o voto popular como fonte de poder.

SUCESSÃO NO HUMORDAZ

COBERTURA POR IVOR '77

A EQUIPE DO HUMORDAZ, NUM GESTO DEMOCRÁTICO, ABRE O DEBATE DA SUCESSÃO DO ATUAL SISTEMA ! JÁ TEMOS DOIS CANDIDATOS OFICIAIS E A ESCOLHA SERÁ FEITA PELO CONSELHO DE SEGURANÇA DO HUMORDAZ E POSTERIORMENTE REFERENDADA PELA RECEPCIONISTA DA NOSSA REDAÇÃO.

POR ENQUANTO, AFIRMAM ALTAS FONTES, OS NOVOS HUMORISTAS NÃO TERÃO NENHUMA PARTICIPAÇÃO NA SUCESSÃO, UMA VEZ QUE NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA ELEIÇÕES. EIS AÍ OS DOIS CANDIDATOS E SUAS PLATAFORMAS POLÍTICAS QUE DEMONSTRAM A RADICALIZAÇÃO DO PROCESSO SUCESSÓRIO:



DILSON ANELINO

1. CONTRA A PENA DE MORTE E A FAVOR DA PENA NANQUIM TIPO 3-D
2. ESTRUTURALMENTE LIGADO AO ATUAL SISTEMA DO HUMORDAZ
3. CABELOS LIGOS - ONDULADOS



ROSE JONALDO MALI

1. A FAVOR DA PENA COMUM
2. SISTEMATICAMENTE LIGADO À ATUAL ESTRUTURA DO HUMORDAZ
3. CABELOS CRESPOS



P. O DEBATE SUCESSÓRIO ESTÁ ABERTO?

R- VOCÊ JÁ O DISSE.

P- HÁ ALGUMA PREFERÊNCIA POR UM DOS CANDIDATOS NOS ALTOS ESCALÕES ?

R- SIM. PELO ESCOLHIDO.

P- MAS JÁ SE SABE O NOVO CHEFE DO HUMORDAZ ?

R- MAS É CLARO! OU VOCÊ ESTÁ PENSANDO QUE ISTO AQUI É BADERNA E ANARQUIA ?

P- E PORQUE PERMITIR QUE OS CANDIDATOS INICIEM ESTA DISCUSSÃO ?

R- NÃO SABEMOS AINDA SE A SELEÇÃO BRASILEIRA IRÁ SE SAIR BEM NO MUNDIAL...

P- E DAÍ ?

R- DAÍ QUE OS NOVOS HUMORISTAS ESTÃO INQUIETOS COM AS POUCAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO. ALGUNS JÁ PASSAM FOME...

P- ENTÃO ESTA SUCESSÃO É IGUAL À DISCUSSÃO DO DIVÓRCIO DO PROCÓPIO ?

R- NADA TENHO A DECLARAR.

P- E SE A NOVA GERAÇÃO DE HUMORISTAS HOUVER POR BEM PROPOR UMA CONSTITUINTE ?

R- A GENTE NÃO OUVE.

P- E O MOVIMENTO DOS ESTUDANTES DE HUMOR ?

R- UNIDIRECIONAL ! DA SALA DE AULA PRO CACETE.

P- MAS NÃO É UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS ?

R- QUE DIREITO TEM O SENHOR DE ME FAZER ESTA PERGUNTA ? VOU SOLICITAR O VÍDEO-TAPE DESTA ENTREVISTA PARA ENQUADRÁ-LO NA NOSSA LEI DE INSEGURANÇA !

P- MAS ATÉ O CHILE JÁ ESTÁ PROMETENDO DEMOCRACIA PARA 1985 !

R- NÃO TEMOS NADA A VER COM ATITUDES PREMATURAS DE NOSSOS AMIGOS !

P- MAIS ALGUMA COISA ?

R- O QUE É QUE O SENHOR ESTÁ INSINUANDO ?



Aderi Costa

Um centro para defender a cultura popular

Convocando todos os interessados a participar de um debate sobre literatura, show com João do Valle grupos musicais mineiros, a se realizarem em 16,17 e 18 do próximo mês, está se apresentando ao público de Beagá, o Centro Mineiro de Cultura Popular – CMPC.

Fundado por grupos locais como **Mambembe, Catarse**, **Raça**, **Celso Adolfo**, o Centro Mineiro se propõe a «atuar na defesa da cultura popular brasileira, procurando criar melhores condições de trabalho para aqueles que desenvolvem atividades intelectuais e artísticas». Por cultura popular entende-se «aquela que procura retratar a fisionomia do povo brasileiro, que defende seus interesses»

De acordo com seus estatutos, aprovado em assembléia, o CMCP procurará, justamente, divulgar esta cultura das mais variadas maneiras: shows, debates, peças teatrais, exibições cinematográficas, publicações. Não terá fins lucrativos e está aberto a todos que queiram tornar-se socios. O Centro tem uma diretoria eleita, que trabalhará sob a orientação de um Conselho Consultivo, formado por teatrólogos, criticos de arte, músicos, escritores. Compõem o atual Conselho: Berenice Menegale, Álvaro Apocalypse, Benito Barreto, Wander Pirolli, Luiz Emediato, Murilo Rubião, Sérgio Magnani, Renato Ortiz, Paulo César Bicalho, João Antônio de Paula, Fernando Brant e Nilson.

Considerando que «somente através de um trabalho planejado e conseqüente, o artista brasileiro conseguira romper as barreiras que hoje encontra pela frente» e que os objetivos do Centro «só serão alcançados através de uma ampla participação», a proposta é que os sócios assumam o trabalho em comissões que se responsabilizarão na organização das atividades do Centro.

Provisoriamente, a diretoria poderá ser encontrada na Rua São Manoel, 119 – Floresta, fone: 442-6009.

Um documento sobre as demissões no jornal «Movimento»

Recebemos do jornal «Movimento», uma carta assinada pelo jornalista Antônio Carlos Ferreira, diretor responsável pela publicação, com o seguinte teor:

«De Fato **publicou em seu ultimo número a carta de demissão de 38 companheiros do jornal Movimento. Envio agora a vocês duas cartas discutidas, aprovadas e assinadas por 168 membros do jornal em favor da preservação da unidade através da discussão fraterna e profunda das questões essenciais que o jornal Movimento tem levantado e defendido.**

Espero que De Fato **encontre espaço para a publicação destas duas cartas a fim de que elas também possam chegar aos leitores que já puderam ler a carta dos companheiros que deixaram o jornal».**

Transcrevemos a seguir o documento:

«No final de abril, **Movimento** realizou as duas reuniões anuais em que elege seu editor geral e seus diretores; no dia 29, os dois conselhos diretores do jornal, formados por jornalistas e personalidades democráticas do País, reuniram-se para um balanço das atividades do jornal, a escolha do editor geral e a definição da linha editorial a ser seguida; no dia 30, a Assembléia Geral dos acionistas de Edição S/A, a empresa que faz **Movimento**, reuniu-se na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo para eleger os seus três diretores.

Foram as eleições mais debatidas e preparadas de toda a história da equipe de **Movimento**; através de reuniões preliminares em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Campinas, as atividades do jornal e da empresa foram discutidas demoradamente por mais de 500 pessoas, envolvendo portanto grande parte de seus 400 acionistas e cerca de 300 colaboradores, redatores, pesquisadores, vendedores e outros funcionários. Em conseqüência, porém, de divergências surgidas ao longo dessas discussões, 38 companheiros que se uniram em torno da proposta perdedora na reunião do dia 29 decidiram afastar-se do jornal. E por discordarem da proposta da maioria, retiraram-se da Assembléia Geral, no dia seguinte.

Nós, abaixo-assinados, nos opusemos ao afastamento desses companheiros. E por estarmos empenhados no fortalecimento de **Movimento**, por vermos em **Movimento** um importante instrumento das lutas mais gerais do povo brasileiro, queremos nos manifestar publicamente em defesa de sua ununidade, em defesa do seu programa e do aprofundamento de sua discussão. Duas são as principais razões que nos levam a considerar a saída desses companheiros precipitada e prejudicial:

1 – **Movimento** colocou-se, explicitamente, desde seu início, como um jornal de luta. **Movimento** surgiu porque se dispôs, desde seu número zero, a estar ao lado dos cidadãos brasileiros na sua luta: por liberdades democráticas, contra a exploração do País por interesses estrangeiros, pela melhoria de vida da população, pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais de nosso povo, pela exploração planejada de nossos recursos naturais em benefício da coletividade. O valor essencial de **Movimento** decorre dos pontos de vista que defende e divulga; qualquer divergência profunda dentro dele tem, obrigatoriamente, portanto, que se referir ao conteúdo do jornal, à maneira através da qual ele põe em execução o seu programa básico.

Os companheiros que se afastaram, através de carta publicada pelos jornais – e que infelizmente **Movimento** não pode divulgar, dado o regime de funcionamento a que é submetido por força maior – dizem que não estão de acordo com a linha editorial do jornal expressa através de sua seção de «Ensaios Populares». Mas não consideramos suficiente este motivo. Os Ensaios constituem mais de meia centena de textos, publicados ao longo de dois anos, a respeito de um número amplo de assuntos. **Quais são as divergências que os companheiros tem em relação a eles?** Alguns tinham de fato manifestado discordância em relação à maneira pela qual os Ensaios tratam as correntes de oposição liberais; outros haviam criticado a insistência desses textos, na defesa da independência nacional; outros ainda tinham objeções às tentativas específicas que o jornal utilizou para aproximar-se dos setores mais populares. Mas sempre foram críticas ouvidas isoladamente; não se aprofundaram nas discussões que precederam o dia 29; mais ainda, **nunca foram apresentadas como razões centrais das divergências**. Seria apressado ou mesmo injusto dizer que os 38 companheiros que perderam a votação estão contra este ou aquele ponto da linha editorial seguida pelo jornal, nesta ou naquela de suas várias seções. E, se as divergências políticas ainda não estão explicitadas, por que se afastar do jornal?

Por outro lado, todos os que estão firmemente decididos a apoiar Movimento, não precisam e nem podem constituir um bloco com opiniões prontas e acabadas a respeito de tudo. Se temos certeza de que os pontos básicos do programa de **Movimento** estão certos – se temos certeza de que o povo brasileiro precisa de liberdade, de que é preciso acabar com a exploração a que o País é submetido pelos grandes monopólios internacionais, se nos dispomos a colocar a nossa colaboração em **Movimento** a serviço da melhoria da qualidade de vida do povo trabalhador – também temos muitas dúvidas sobre como conduzir a luta do jornal por estes objetivos e temos o maior interesse em debatê-las e aprofundá-las.

Dos companheiros que saíram, dois faziam parte de uma comissão de 3 conselheiros encarregada de preparar um debate interno dos «Ensaios Populares». A mesma comissão havia aprovado a divulgação ampla dos Ensaios para a oposição democrática brasileira participasse de sua discussão. **Movimento** distribuirá amplamente uma edição especial desses artigos a fim de que os grupos organizados da oposição e todas as pessoas e personalidades democráticas possam discuti-los. As discussões em torno da saída de alguns de nossos colaboradores é um motivo a mais para que este debate se aprofunde.

As divergências dentro de um jornal como **Movimento** serão tanto mais prejudiciais quanto mais se concentrem em torno de questões pessoais ou de forma; e tanto mais úteis quanto mais se refiram ao conteúdo essencial do jornal. A saída dos companheiros, da forma como está se processando, não contribuirá apenas para nos confudir, pela falta de uma discussão de conteúdo, mais paciente e profunda?

2 – Consideramos que todas as limitações de **Movimento** ainda não invalidam a conclusão essencial de que, **dentro do País e no seu gênero ele constitui a mais ampla e a mais avançada tentativa de democratização da imprensa.** Não colocamos as questões formais de democracia em primeiro plano; mas estamos convictos de que a única forma de conduzir a luta geral e essencial do jornal por seus **objetivos democráticos** é através de **métodos democráticos** de organização e direção. E o que nos diz a experiência do jornal a esse respeito? Até a reunião do dia 29, o Conselho de Redação do Jornal, órgão soberano em relação aos editores do jornal e à diretoria da empresa, aceito por todos como a instância superior de decisões, tinha resolvido **praticamente por consenso,** todas as graves questões que havia surgido em dois anos de trabalho coletivo.

E não foram decisões simples: uma delas, que nas empresas comuns ocorre sem debate, tomada em torno do afastamento de um companheiro de trabalho, após ameaças de demissões e divisões profundas, custou ao jornal em torno de 100 horas de reuniões e terminou com grande unidade interna. «Tudo foi esclarecido de uma tal maneira que não resta lugar a qualquer dúvida; entre nós, uma vez esclarecida a crise, por assim dizer, restabeleceu-se o clima de confiança indispensável para que o jornal aprimore a vida democrática interna, condição por sua vez indispensável para que, sendo um jornal popular por seu conteúdo, ele se popularize, ampliando a faixa de leitores e penentrando qualitativamente nos setores populares fundamentais», escrevia a respeito da conclusão dessa crise um dos conselheiros que hoje se afasta por divergir da solução encontrada no dia 29. Por que, então, não encarar a nova crise com a mesma paciência e o mesmo otimismo?

Se no geral, é justa e bem encaminhada a experiência de construção da democracia do jornal, é também natural e evidente que ela tem defeitos e limitações; o jornal tem dois anos de vida sob dificuldades extraordinárias; o número de seus colaboradores cresceu muito, no País e no exterior; o seu programa é o mesmo de seu número zero e foram inúmeros os acontecimentos políticos de relevância nestes últimos dois anos – todos esses pontos ao mesmo tempo dificultam e exigem a discussão interna. Todas as decisões aprovadas no dia 29 mas não aceitas pelos que se afastam, mostram que havia um consenso geral quanto a necessidade de mais debate e mais democracia no jornal. Os conselheiros decidiram:

– adiar a eleição definitiva de uma nova diretoria por seis meses para que pudesse haver um amplo debate interno; (e isso quando **todos**, mesmo os defensores da proposta perdedora estavam de acordo que os atuais diretores deviam ser mantidos nos seus cargos);

– criar uma comissão ampla para aprovar os editoriais do jornal;

– eliminar o caráter editorial dos Ensaios Populares, transformando-os numa seção assinada pelo editor;

– criar duas comissões com poderes legislativos máximos, acima da diretoria e do editor, só subordinada aos Conselhos, para deflagrar, no jornal e fora dele, um amplo debate para aprovação e renovação de seus estatutos e de seu programa;

– tornar a indicação dos editores de seção e chefes de departamento do jornal sujeito à aprovação pelo Conselho (até então eles eram nomeados livremente pelo editor geral e pelos diretores da empresa).

– formar uma diretoria de unidade que procurasse trabalhar por consenso.

Os companheiros que se afastaram não aceitaram participar nem da diretoria, nem de qualquer das comissões. Mas, por que não aproveitar esse período de debates e ao longo dele desenvolver todos os esforços possíveis pela unidade?

Alguns dos companheiros que se afastam afirmaram que continuarão a escrever para **Movimento**. Os abaixo-assinados renovam seu interesse por essas colaborações. Renovam também o convite feito por mais de uma centena de acionistas do jornal, presentes à Assembléia do dia 30, no sentido de que os companheiros discutam dentro do jornal as divergências. Renovam ainda sua firme convicção de que é possível superar todos os inevitáveis incidentes pessoais havidos nesse processo. Devemos lutar pela unidade através da discussão fraterna e profunda das questões essenciais que o jornal **Movimento** tem levantado e defendido.

Em nome do esclarecimento da oposição democrática brasileira; da luta pelas liberdades democráticas; da luta contra a exploração do País por interesses estrangeiros; e da luta pela elevação do padrão de vida material e espiritual de nosso povo trabalhador».

Assinam esta carta, 168 membros do jornal, numa lista encabeçada por Antônio Carlos Ferreira e Raimundo Rodrigues Pereira.

DA FOME



nas fotos da fome
que vêm nos jornais
aprende-se que o menos
tem algo de mais.
aprende-se que os claros
o oco
a carência
impõem às imagens
volume
evidência.
pois vede essa foto
de mãe africana
de filho-de-colo
de flácida mama.
olhai que a miséria
os fez mais unidos:
como que fundiu-se
na mulher o filho.
aqui mais que tudo
que embora feridos
o leite não veio.
também se observa
que todos os ossos
passaram de dentro
para fora do corpo.
de secos os braços
notai, são dois galhos
pendendo sem forças
do tronco escavado.
as mãos distendidas
no esforço do nada
não são mãos apenas:
tornaram-se garras.
agora no mapa
da face vazia
olhai como é áspera
a topografia,
como o olhar é cheio
de desilusão
a boca repleta
de idéias de pão.
porém sobretudo
notai que a barriga
de cheia de fome
se mostra crescida.
que é coisa que aprende-se
na fotografia:
que há coisas que enchem-se
de coisas vazias,
que às vezes o menos
faz sua adição
somando-se à carne
sobrando: inchação.

Mário de Oliveira

Cultura: resta-nos ainda algumas boas esperanças

Deixando de lado alguns aspectos convencionais que batizaram a palavra «cultura» de – «cultura rock», «cultura jovem», «cultura hipie», «cultura negra», «cultura popular» e outras – falaremos da nossa cultura sem rótulos.

A música popular ideal seria aquela que, voltada para o nosso dia-a-dia, nos desse uma imagem crítica da nossa realidade. Mas o mesmo não tem ocorrido, já que o que se tem divulgado em maior escala é uma música vazia: o verdadeiro «mar de rosas», o «homem apaixonado», o «machismo latino-americano», a «tradição», a «família», é o que se observa nas badaladas amostras de novelas de TV e emissoras de rádio ditas «populares», etc. Isto é, o que interessa àqueles que querem nos manter apáticos e cada vez mais distanciados da nossa verdadeira cultura. Apoiado a essa busca conformista estão os lucros das grandes gravadoras que geram o consumo cada vez maior por interesses comuns aos do capitalismo vigente.

Entretanto, aqui surgem aqueles que, realmente possuindo uma visão clara da nossa realidade, têm tentado de todas as formas «defender a música voltada para os interesses da maioria da população» – o que se denomina de «música de vanguarda». Todavia, essa mesma música não é apreciada pelo povo, apenas por uma parcela desse povo conhecida como classe média que tem maior acesso a nossa cultura. Logo, não poderemos apenas rotulá-la de sofisticada por ser vista por um público restrito, pois aqueles que a defendem querem ver as coisas mudarem e lutam sim, ao lado do povo, embora sejam de certa forma proibidos de divulgarem os seus trabalhos para a maioria do público.

Alguns exemplos dos que fazem trabalhos concretos em prol da nossa cultura, são: Milton Nascimento, que é considerado um dos maiores intérpretes da nossa música popular e que nos traz ensinamentos de suma importância nas suas criações musicais. Não se pode afirmar que esse grande astro seja de «elite», pois as suas mensagens sempre falam da vida simples do nosso povo, muito embora ele não a receba, não por sua culpa, mas devido aqueles que tem os meios de comunicação e outros congêneres nas suas mãos.

As primeiras músicas do Milton já trazem consigo um cunho popular: «São Vicente» – A cidade imaginária, em defesa dos valores latino-americanos, da não distinção de raças – «O ser humano não deve ser medido pela cor». «Travessia»; «Fé cega, faca amolada», e outras, que retratam a ânsia do homem pela liberdade, os conflitos gerados por uma sociedade cheia de contradições etc. «Ponta de Areia», «Clube da Esquina» falam da vida simples, e da busca da sobrevivência e de amigos nas suas raízes pelos caminhos de Minas Gerais até atingir a sua identidade universal. E ainda algumas que falam em defesa da natureza – «Milagre dos Peixes», «Um gosto de Sol» e outras, ampliando assim de maneira crítica a nossa maneira de pensar.

E junto ao Milton acha-se o Chico Buarque, indiscutivelmente um dos maiores defensores da nossa cultura nos últimos tempos. Recentemente ambos fizeram uma parceria com a música denominada «O que será?» (À flor da Terra), tema de um dos bons filmes nacionais – Dona Flor e seus Dois Maridos, contribuindo assim com mais um trabalho consciente e de valor para a nossa cultura. Um dos últimos trabalhos do Chico em termos de cultura, seu disco «Meus Caros Amigos» vem caracterizar mais uma vez a sua preocupação com os nossos verdadeiros valores culturais. A música «Corrente» como uma autocrítica do seu trabalho é um exemplo, e outras como «Meus Caros Amigos» de cunho popular. Não falando de outras melodias anteriores tais como «Pedro Pedreiro», «Construção» e outras que dizem coisas da nossa gente. Muito embora suas canções não atuem popularmente da mesma maneira que as do Milton e de outros.

Até mesmo quando muitos já entraram no jogo das multinacionais, gravando músicas alienantes como é o caso do antes agressivo e conseqüente Gil.

Quando falamos da nossa cultura latino-americana embora os seus principais representantes (Mercedes Soza, Milton, Chico) façam os seus trabalhos através de poderosas gravadoras como a RCA, PHILLIPS, ODEON, não podem ser desacreditados, pois eles querem levar as suas mensagens à maioria da população latino-americana.

Levando em conta que a História é um conjunto de fatos concretos que nos rodeiam, aqueles que defendem a nossa cultura em sua maior escala têm lutado para que ela seja popular e que auxilie na transformação da primeira, embora de maneira um tanto restrita. Sendo a música popularesca imposta de maneira sofisticada, complexa, evoluída e enlatada, os verdadeiros culpados de toda essa farsa não são onipotentes e nem mesmo milagrosos para sempre!

Ailton Aguiar Brito



Auremar de Castro

MILTON NASCIMENTO

UM MUTIRÃO EM RITMO DE MÚSICA E MUITA FOLIA

Aloísio Morais

Se todos os nomes que o empresário Paulo Pila tinha em mãos realmente comparecessem, seria, sem dúvida, o maior acontecimento musical dos últimos tempos. Mais de 30 pessoas entre compositores, intérpretes e instrumentistas tinham dado a palavra de que iriam a Três Pontas, no Sul de Minas, para participar espontâneamente de um

violência em hipótese alguma. Mas as ordens do governador não foram totalmente acatadas: alguns policiais portavam cassetete elétrico tamanho família ou faziam-se acompanhar por cães policiais sem a mínima simpatia. Olha a violência aí!

CADA UM PRÁ TODOS

quanto curtia o disco de Simone na casa de seus pais adotivos, Milton Nascimento, já bastante emocionado com tudo o que estava sendo feito, contava que a princípio a idéia era fazer um simples show, o terceiro que faria na cidade, para agradecer a homenagem dos vereadores. Mas a idéia foi crescendo feito bola de neve à medida que dava o toque nos músicos mais chegados. Daí deu no que deu: seis mil quilowatts de som durante quatro horas de festa para mais de 15 mil pessoas, entre elas mães de família da cidade acompanhada da criançada e o marido, dando um aspecto diferente a este tipo de concerto ao ar livre.

Coisas estranhas

Quem parecia que não estava achando muita graça naquilo tudo era o prefeito João Vicente Diniz. Há dois meses que os funcionários da prefeitura local não viam o cheiro da grana de seus salários. Mas nem por isso a prefeitura deixou de promover a VII Exposição Agropecuária e, para sua desgraça, o show do Milton veio coincidir com a exposição, uma séria concorrência. Aí começaram a acontecer coisas estranhas na cidade, onde segundo seus próprios moradores «a politicagem é braba». Um detalhe: em Três Pontas não existe MDB. Lá tudo fica por conta da Arena, inclusive a «oposição». Existem duas Arenas, a 1 e a 2. O prefeito é da 1, o verador que deu a idéia de homenagear Milton é da 2. Bom, como estava dizendo, coisas esquisitas começaram a acontecer naquela pacata cidade: a banda de música da prefeitura, mais conhecida como «furiosa», vinha ensaiando há mais de um mês para que no dia 30 acordasse Milton Nascimento com uma tremenda alvorada. E eis que chega a manhã do dia 30 e a tal banda dá o bolo.

Outra coisa: ficou combinado que no mesmo dia seria inaugurada uma placa de bronze às dez horas na casa dos pais de Milton. Deu dez e meia e nada da placa chegar. Como já estava todo mundo apavorado querendo ir para o Paraíso garantir um bom lugar no show, achou-se por bem que fosse adiada a inauguração da placa para o dia seguinte. Foi só adiar para daí a pouco a bendita placa chegar do Rio. Como a inauguração já não daria mais algum ibope, porque o público já arredara pé do lugar, prevaleceu o adiamento. No mesmo sábado, por mera coincidência (?) a água acabou em alguns pontos da cidade, principalmente nos hotéis. Fontes fidedignas locais informaram que havia arrebentado um cano na caixa dágua da cidade. Logo naquele dia.

Enquanto isso, no imenso palco instalado no topo do morro Paraiso, as águas rolavam, fazendo gente atravessar o ritmo da músicas e os próprios autores de letras de música esquecer o produto de suas veias poéticas. Vale dizer que Três Pontas é uma grande produtora de cana. Ninguém tinha compromisso com nada, tudo era uma festa. garrafas de uisque, cerveja e martini passeavam alegremente de mão em mão. Francis Hime, por via das dúvidas, levou uma garrafinha de bolso daquelas usadas em filme de faroeste americano. Estendendo a festa a todos, Milton passou o microfone para o público que, assim, o ajudava a lembrar as letras das músicas. No fim da tarde, antes de cantar com a lua cheia as músicas do ballet **Maria, Maria**, Milton teve que deixar o palco, embriagado pela emoção, pelo sol forte, o cansaço e umas boas doses de uisque, que ninguém é de ferro. Era o final da festa.